

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

SERVIÇO Nota fiscal avulsa pode ser solicitada à Sefaz por e-mail

atarde.uol.com.br/bahia

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/columnista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O complexo econômico de saúde na Bahia

No mundo inteiro, os serviços de saúde tornaram-se tão fundamentais que passaram a se constituir em uma cadeia de produção, que não se restringe a serviços médicos ou hospitalares mas constitui-se no que se conceitua como Complexo Econômico-Industrial da Saúde, abarcando segmentos produtivos industriais, comerciais e de serviços ligados ao setor. Na Bahia, o Complexo Econômico-Industrial de Saúde tornou-se um dos mais importantes segmentos da economia e está em expansão. A cadeia produtiva da saúde, incluindo o setor público e o setor privado e que tem como epicentro a cidade de Salvador, gerou quase 7% do PIB da Bahia em 2018. E essa participação cresceu nos últimos três anos, não só por conta da pandemia, mas principalmente pelos investimentos que estão sendo realizados no setor.

A cadeia produtiva de saúde na Bahia, que compõem-se do setor público e

privado, incluindo o imprescindível Sistema Único de Saúde – SUS, vem crescendo de forma acelerada e em oito anos o número de empresas que prestam serviços de saúde aumentou em quase 40%, somando mais de 20 mil estabelecimentos. Ressalta-se que o investimento do governo do estado na área de saúde é um dos maiores do país e tem sido fundamental para ampliar o alcance do SUS e da base de produção do setor, mas o motor do crescimento vem do setor

privado. Entre 2011 e 2018, a participação do setor privado na formação do PIB do setor saúde na Bahia elevou-se de 1,8% para 3,3%, igualando-se à participação do setor público que manteve-se em torno de 3,5%. É verdade que parte desse crescimento deve-se ao financiamento público, especialmente do governo do estado, que vem construindo novos hospitais, policlínicas regionais e unidades básicas em todo o território, e, em muitas delas, a gestão

é transferida para o setor privado.

A importância da cadeia produtiva da saúde é tal que empregou em 2017, somente nas empresas, cerca de 174 mil pessoas com carteira assinada, com o detalhe de 70% delas serem do sexo feminino. Se for incluindo os trabalhadores vinculados ao setor através da terceirização e os servidores públicos, o número será bem maior. Estima-se que o setor responde por cerca de 15% de todos os empregos formais da área de serviços na Bahia e que a massa salarial representa 13% do total. Os números são da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e demonstram a importância e a potencialidade do setor. Aliás, as grandes redes nacionais de saúde já perceberam isso e estão em processo acelerado de fusões e aquisições com empresas baianas, demonstrando que a Bahia está se tornando um grande Centro Econômico-Industrial de Saúde.

O investimento [...] na área de saúde é um dos maiores do país e tem sido fundamental para ampliar o alcance do SUS

A importância da cadeia produtiva da saúde é tal que empregou em 2017, somente nas empresas, cerca de 174 mil

© CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DA BAHIA, com sede nesta cidade, na Rua Dom Basílio Mendes Ribeiro, 127 - Ondina, CEP: 40.170-120, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente, CONVINDA através do presente edital, todas as empresas listadas abaixo, a entrar em contato com o Setor de Fiscalização através do telefone (71) 3368-8806, ou no email fiscalizacao@crf-ba.org.br, no prazo de 15 dias da publicação deste edital, a fim de tratar de assuntos dos seus interesses.

QTD	PROCESSO	FIRMA	CNPJ	QTD	PROCESSO	FIRMA	CNPJ
01	24-5100	017891 - DAIANE DE JESUS SANTOS E CIA LTDA	30.507.407/0001-70	105	24-5759	013292 - JOSEVALDO ANDRADE DE SOUZA	01.193.108/0001-00
2	24-5384	015239 - FARMACIA ARAUJO LTDA - ME	20.4303145/0001-20	106	24-5963	008817 - PAULO SERGIO PRAZERES DOS SANTOS	01.334.522/0001-92
3	24-5855	012867 - GENIVAL BISPO RODRIGUES	13.295.611/0001-65	107	28-7712	019024 - S M FARMACIA E COSMETICOS LTDA.	36.225.889/0001-52
4	24-5952	015834 - FARMACIA SEMPRE UNIDOS LTDA - ME	20.689.411/0001-24	108	28-7719	007351 - CERQUEIRACERQUEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.	00.050.877/0001-10
5	24-5854	010227 - SANTOS E CRUZ PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	08.998.075/0001-15	109	28-7975	005858 - COSMILHA DE MATOS SANTOS	03.402.296/0001-65
6	24-5825	014335 - RITA DE CÁSSIA CONCEIÇÃO DE MOURA	18.222.151/0001-50	110	28-7976	008150 - FARMAREDE COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA.	05.009.228/0001-66
7	24-4967	018058 - ROSEANE SOUSA DA SILVA BARBOSA	32.140.958/0001-74	111	28-7993	008272 - ANA MARIA NEPOMUCENO CERQUEIRA	03.219.855/0001-04
8	24-5138	003964 - LOPES E MENEZES LTDA	14.847.925/0001-87	112	28-7995	901180 - TEREZINHA DA CRUZ ROCHA - ME	00.197.276/0001-01
9	24-5167	018970 - WILTON ALVES DA SILVA	03.200.476/0004-07	113	28-8000	015639 - JOEL LISBOA DA SILVA	22.646.237/0001-87
10	24-5213	012839 - K J S COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	13.669.681/0001-27	114	28-8002	017462 - SILVIA LIMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.	30.158.272/0001-85
11	24-5300	015138 - KBS DROGARIA LTDA	20.512.899/0001-39	115	28-8007	010229 - CRUZ E ARAUJO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	07.191.614/0001-47
12	24-5324	005148 - ANTONIO EUDES DE MELO	34.296.699/0001-09	116	28-8010	019502 - RENOVAFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI	30.899.047/0004-42
13	24-5064	012529 - E BRITO DOS SANTOS FILHO	12.410.602/0001-04	117	28-8016	018488 - CAMACARI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI	33.534.543/0001-48
14	24-5077	010356 - JOSE CARLOS A DE SOUZA	04.059.865/0001-84	118	28-8018	018730 - J G CARDOSO FILHO	23.296.798/0002-12
15	24-5076	010356 - MUNICIPIO DE NOGUEIRA	13.880.257/0001-27	119	28-8030	018270 - J.S. DROGARIA LTDA ME	24.431.043/0001-90
16	24-5271	007354 - DROGARIA FARMAS MARQUES LTDA.	04.228.913/0001-61	120	28-8033	018768 - RENOVAFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI	30.899.047/0003-61
17	24-5941	018279 - GETULIO SOUZA LOPES	20.053.828/0001-26	121	28-8034	014191 - DROGARIAS KATARINE LTDA - ME	11.052.794/0001-53
18	24-5278	018501 - M DE B PEIXOTO PINHEIRO	33.840.275/0001-02	122	28-8035	019827 - FARMACIA LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	30.726.259/0001-85
19	24-5298	017352 - FARMACIA PRECO BARATO EIRELI - ME	28.249.442/0001-95	123	28-8038	019147 - ALVARES S BATISTA COMERCIO VAREJISTA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	08.716.285/0001-73
20	24-5301	018089 - C. G. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.056.209/0001-63	124	28-8041	017224 - SIZE FARMACIA LTDA	28.526.219/0001-48
21	24-5306	014289 - ARIELLE SANTOS NACIMENTO SILVA	17.802.580/0001-33	125	28-8043	012335 - ANA LIA DA SILVA	13.195.367/0001-50
22	24-5328	012529 - E BRITO DOS SANTOS FILHO	12.410.602/0001-04	126	28-8051	018325 - FARMACIA THAMBE LTDA.	32.236.447/0001-50
23	24-5136	005148 - ANTONIO EUDES DE MELO	34.296.699/0001-09	127	28-8053	019230 - LOBO E RODRIGUES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	08.257.747/0001-16
24	24-8060	015776 - FLAVIO GUTEMBERGUE DAS VIRGENS OLIVEIRA - ME	22.251.127/0001-16	128	28-8054	017320 - DEBORAH LETICIA DE ALMEIDA SOARES & ALMEIDA LTDA - EPP	32.952.753/0002-28
25	24-8037	002392 - COMERCIAL FARMACEUTICA SAO MARCOS LTDA.	01.495.804/0001-19	129	28-8068	015738 - LAISE APARECIDA RAMALHO DE LOIOLA ME	22.826.790/0001-00
26	24-8070	003360 - FARMACIA NOSSA SENHORA D'AJUDA LTDA.	13.453.493/0001-67	130	28-8069	015825 - ANTONIO NUNES DE GOIS NETO - ME	22.005.400/0001-99
27	24-8064	009779 - MARIA RAMOS JARDIM	01.495.804/0001-19	131	28-8071	018236 - EDILA GOMES DE ALMEIDA	32.556.338/0001-10
28	24-8041	018423 - LAB PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	18.844.031/0004-54	132	28-8091	018407 - MILENIA SOUZA DE OLIVEIRA	33.494.084/0001-16
29	24-8006	018407 - MILENIA SOUZA DE OLIVEIRA	33.494.084/0001-16	133	28-8106	008711 - ANA MARCIA OLIVEIRA DE MENEZES	05.050.856/0001-95
30	19-8290	015885 - FARMACIA SÍTIO DO CONDE LTDA	34.279.851/0001-37	134	28-8126	900128 - SERAFIM MENDONÇA	34.100.920/0001-10
31	24-9556	016875 - RM COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME	23.908.962/0001-49	135	28-8127	901673 - DIOGENILSON NOLASCO DA SILVA.	00.613.697/0001-76
32	24-5135	008157 - E.M. SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICO LTDA-ME	04.863.244/0001-59	136	28-8180	014829 - FARMACIA ELIUN LTDA	07.892.688/0005-34
33	24-5893	008544 - JOSIBELA MATOS DE OLIVEIRA	05.325.456/0001-45	137	28-8186	018662 - EVILA SILVA DE AMORIM	33.289.685/0001-97
34	24-5877	014667 - LUCIANO ANDRADE DE MOURA,ME	17.721.966/0001-10	138	28-8192	017731 - EMERSON SANTOS LIMA	30.071.590/0001-84
35	24-5948	015138 - KBS DROGARIA LTDA	20.512.899/0001-39	139	28-8193	017522 - A. M. G. OLIVEIRA	14.991.912/0001-87
36	24-5981	014157 - FARMACIA E DROGARIA CAETANO LTDA - ME	17.942.515/0001-03	140	28-8195	016804 - ZENIZE SILVA ASSIS - ME	25.348.956/0001-00
37	24-5977	013412 - DROGARIA SAMPÃO SILVA LTDA	14.772.544/0001-95	141	28-8200	013314 - FARMACIA DA BRASLIA LTDA ME	14.167.273/0001-30
38	24-5983	007391 - FARMACIA SAUDE LTDA - ME	01.495.804/0001-19	142	28-8231	013292 - JOSEVALDO ANDRADE DE SOUZA	01.193.108/0001-00
39	24-5191	005598 - EDER DE JESUS BARBOSA	05.944.581/0001-61	143	28-8248	013145 - MARIA AMARAL DO NASCIMENTO	10.627.151/0001-28
40	24-5482	018167 - L LIMA DE SOUZA DE SOBRADO - ME	11.751.149/0001-84	144	28-8252	018615 - MARCELO FERREIRA COLHO EIRELI	34.313.500/0001-03
41	24-5468	011083 - JOAO MARQUES DO NASCIMENTO	11.744.808/0001-08	145	28-8258	011038 - LIDER COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	10.736.989/0001-50
42	24-5463	012977 - NEURIANE PEREIRA DA SILVA	13.784.586/0001-74	146	28-8261	013444 - GISELIA BATISTA DE OLIVEIRA BONFIM	10.170.726/0001-26
43	24-5472	015972 - FRANCISCO ASSIS DE SOUZA JUNIOR ME	23.984.497/0001-25	147	28-8271	012335 - ANA LIA DA SILVA	13.195.367/0001-50
44	24-5480	018892 - FREEPHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	32.612.713/0001-00	148	28-8284	013363 - ALICIA MARTA ALVES DA SILVA - ME	02.719.317/0001-08
45	24-5419	014829 - FARMACIA ELIUN LTDA	07.892.688/0005-34	149	28-8288	011038 - LIDER COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	30.726.259/0001-85
46	24-5433	015147 - FARMACIA DO TRABALHADOR DA RIBEIRA DO BRASIL LTDA	20.801.240/0001-00	150	28-8294	008279 - REGINA DE LIMA DOS SANTOS	03.131.797/0002-35
47	24-5429	019098 - FARMACIA QUICIA LTDA	01.702.959/0002-12	151	28-8314	019865 - ADEHIRO MEDEIROS DE OLIVEIRA	14.991.912/0001-87
48	24-5460	012432 - RONALDO SARAVA MARIANO	40.567.539/0001-41	152	28-8302	016465 - DECO SOUZA DA SILVA BASTOS ME	25.348.956/0001-00
49	24-5471	909011 - GERALDO LEONEL JOSE VIRIQUÊ COMERCIO DE FARMACIA LTDA.	07.806.160/0001-71	153	28-8283	012298 - FARMACIA HUMANITARIA LTDA	00.985.414/0001-17
50	24-5470	909369 - RITA LIMA LUCIO	05.759.905/0001-63	154	24-5410	017881 - DROGARIA FAGUNDES & SOUSA LTDA - EPP	29.216.220/0001-39
51	24-5465	012698 - MARIA DAS GRACAS NASCIMENTO RIBEIRO	12.038.320/0001-34	155	24-5556	016656 - MAIA & MIRANDA LTDA. ME	13.076.641/0001-48
52	24-5457	018926 - LEONARDO EURASIO DA SILVA	33.448.121/0001-50	156	24-5410	017221 - DROGARIA FAGUNDES & SOUSA LTDA - EPP	29.216.220/0001-39
53	24-5501	015206 - BRUNO CEZAR SERAFIM DOS MARTIRES - ME	19.416.373/0001-76	157	28-7983	015131 - M & M COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA	20.808.229/0001-64
54	24-5502	907354 - MARIA DO SOCORRO SOUZA SANTOS DE REMANSO	07.601.544/0001-58	158	28-7986	015131 - M & M COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA	20.808.229/0001-64
55	24-5503	909012 - EMANUEL AUGUSTO DOS SANTOS VIEIRA	08.917.173/0001-80	159	28-8298	015131 - M & M COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA	20.808.229/0001-64
56	24-5506	017887 - DROGARIA AL C COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA	29.022.131/0001-51	160	24-5073	017421 - UALLAS DAS CHAGAS OLIVEIRA	29.001.511/0001-00
57	24-5507	012834 - RAULDA DE JESUS SANTOS SOARES	09.140.358/0002-75	161	24-4966	000495 - FARMACIA SANTO AMARO LTDA.	01.690.692/0001-68
58	24-5536	015970 - MUNICIPIO DE ITAPETINGA	11.068.339/0001-46	162	24-5440	013871 - DROGARIA J D J LTDA - ME	16.530.050/0001-10
59	24-5539	013147 - VIVIANE MARTA GUIMARAES DE OLIVEIRA	13.449.745/0001-84	163	24-5769	016364 - SILVA E SETUBAL MEDICAMENTOS LTDA ME	13.778.389/0001-10
60	24-5540	018402 - AMARAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	33.232.934/0001-08	164	24-5563	013897 - FARMACIA 24 HS RIO VERMELHO LTDA	13.928.483/0001-30
61	24-5549	014931 - LUIANA SILVA FERREIRA & CIA LTDA.	19.741.241/0001-10	165	24-5603	016804 - A S FREITAS JUNIOR DROGARIA	27.690.492/0001-40
62	24-5558	019493 - FARMACIA E DROGARIA W&L LTDA	36.271.265/0001-71	166	24-5944	008159 - FARMACIA PLANTAO DE PAU DA LIMA LTDA.	00.185.869/0002-39
63	24-5567	015764 - M A LIMA MACIEL - ME	11.356.106/0001-54	167	24-5990	010260 - M C LOPES & CIA LTDA.	09.248.898/0001-96
64	24-5568	918217 - E. RES FREITAS	10.428.432/0001-51	168	24-6032	015509 - WA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME	21.182.268/0001-24
65	24-5569	008114 - M.G. SANTOS DE ALAGONINHAS	96.768.270/0001-16	169	24-6036	018210 - J C DE OLIVEIRA ARAUJO - ME	21.026.544/0001-56
66	24-5570	907340 - J.W. CARVALHO SANTOS	07.763.772/0001-24	170	24-6066	016364 - SILVA E SETUBAL MEDICAMENTOS LTDA ME	23.779.389/0001-10
67	24-5578	017073 - G O DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	11.343.270/0001-11	171	24-5424	015309 - MSI COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA	30.498.779/0001-78
68	24-5579	017148 - NAVAL FARMACIA E DROGARIA LTDA ME	28.781.178/0001-36	172	24-5510	018490 - LUANA MANGUEIRA BASTOS	03.540.623/0001-49
69	24-5648	016730 - FIUZA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,ME	27.595.069/0001-61	173	24-5658	013487 - DA FE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.	08.682.051/0001-52
70	24-5657	014955 - LACERDA CARVALHO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	19.536.035/0001-78	174	24-5696	009952 - IZUELLA SILVA CAPRES - EPP	10.730.198/0001-84
71	24-5660	015908 - PRODUTOS FARMACEUTICOS CAMBOLO LTDA ME	23.606.157/0001-60	175	24-5563	013897 - FARMACIA 24 HS RIO VERMELHO LTDA	13.928.483/0001-30
72	24-5662	010859 - P C J LUZ COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.	09.271.293/0001-16	176	24-5603	016804 - A S FREITAS JUNIOR DROGARIA	27.690.492/0001-40
73	24-5673	011038 - LIDER COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	10.736.989/0001-50	177	24-5603	019478 - G DOS RES DE NOVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS	14.783.474/0001-72
74	24-5706	016720 - J D DE OLIVEIRA DE MANSOARD	27.165.723/0001-05	178	28-7707	017838 - EUCLESIO SOUZA NEVES	10.617.212/0001-02
75	24-5731	018069 - ROSIMERE - PEREIRA MAIA	10.628.300/0001-05	179	28-7710	012053 - K. Y. Z. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.	10.517.212/0001-02
76	24-5753	016877 - JESSICA SILVA NASCIMENTO COMERCIO,ME	31.806.587/0001-54	180	28-7711	013890 - COMERCIAL FARMACEUTICA NOGUEIRA LTDA	16.577.784/0001-65
77	24-5784	018152 - JOAO PERILAS CUNHA DOS SANTOS	32.302.536/0001-58	181	28-7986	017231 - L. SANTOS GONCALVES - ME	28.684.341/0001-42
78	24-5884	019827 - FARMACIA LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	35.586.754/0001-50	182	28-7987	019345 - BRUNA MARIA DE MATOS ARGOLLO	34.998.779/000

COVID-19 Três regiões baianas voltam a registrar números acima de 90%; estado soma 77 óbitos e 5.511 casos em 24h
Ocupação de leitos de UTI volta a subir

Raphaél Müller / Ag. A TARDE / 21.5.2020

DA REDAÇÃO

Três regiões da Bahia registraram ontem mais de 90% de ocupação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) com pacientes infectados pela Covid-19. A região com a taxa de ocupação mais elevada é a Sudoeste, com 92% dos leitos preenchidos. Em seguida estão o oeste e extremo-sul, ambas com um total de 91%.

Porém, outras regiões do estado estão bem próximas de bater a casa dos 90%. São os casos de Centro-Leste, que está com 86%; Leste, com 84%; Norte, com 81%; e o Centro-Norte, com 80%.

Já o Sul baiano registrou 78% de ocupação das vagas de UTI, enquanto a região Nordeste está com 75%.

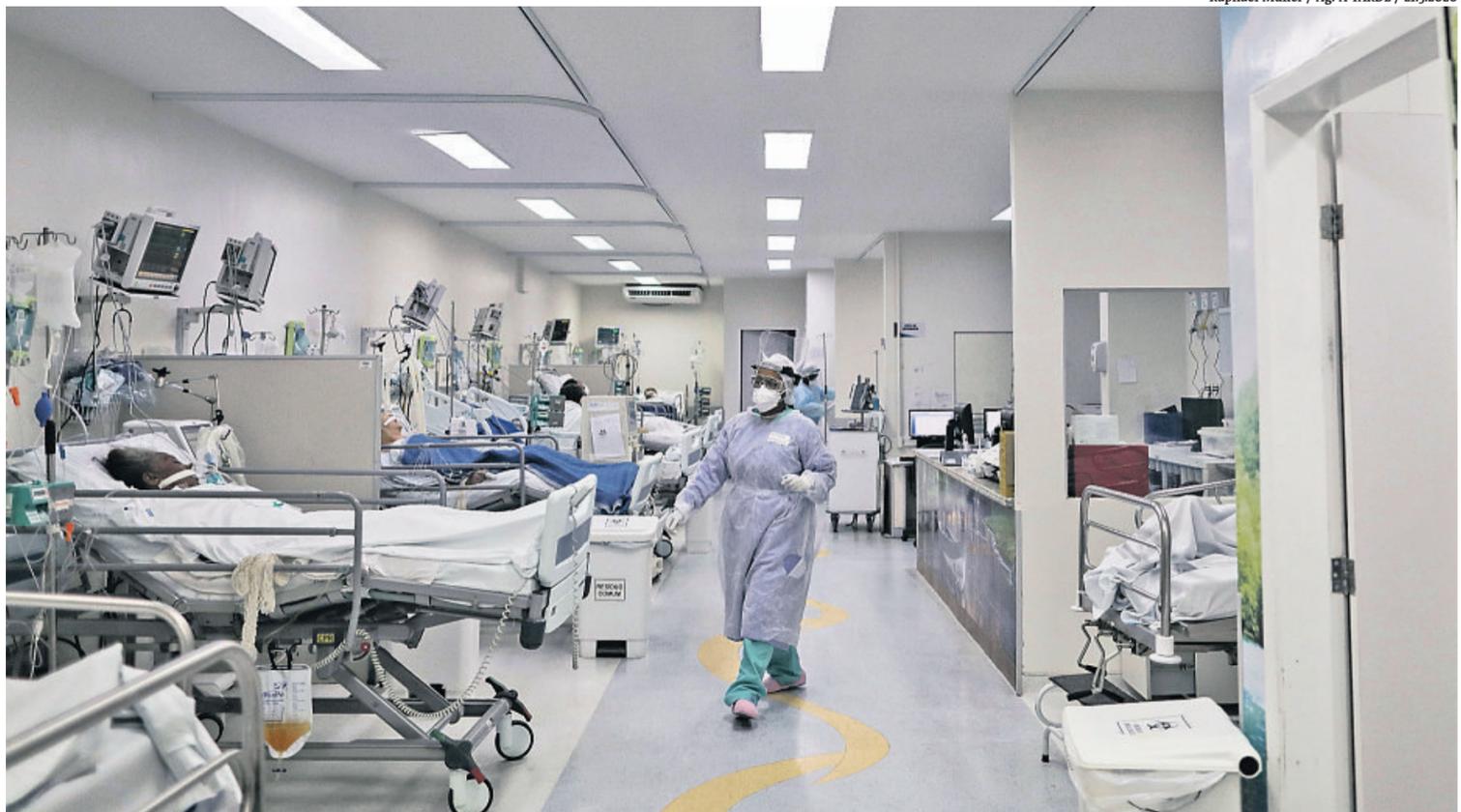
Na Bahia, a taxa de ocupação de leitos de UTI, ontem, era de 84%, com 1.337 pacientes e 251 leitos livres. Já em Salvador, a taxa de ocupação é de 83%, com 648 pacientes e 131 leitos livres.

A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) informou que até às 12h de ontem, 123 solicitações de internação em UTI Adulto Covid-19 constavam no sistema da Central Estadual de Regulação. Outros 47 pedidos para internação em leitos clínicos adultos Covid-19 ainda estavam no sistema.

Na última terça-feira, hospitais de 16 cidades baianas alcançaram a marca de 100% de ocupação de leitos de UTI para Covid-19.

Mortes

A Bahia registrou, ontem, 77 mortes e 5.111 novos casos da Covid-19 em um espaço de



Regiões sudoeste, oeste e extremo sul da Bahia estão à beira de um colapso nos leitos reservados a pacientes com coronavírus

A Bahia registrou, ontem, 77 mortes e 5.111 novos casos da Covid-19 em um espaço de 24 horas

24 horas. Com os novos números contabilizados, o estado já soma um total de 20.131 óbitos e 966.268 contaminados desde o início da pandemia. A informação foi divulgada na tarde de ontem, através do boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab).

De acordo com o balanço, os recentes óbitos acrescidos nas últimas 24 horas ocorreram em datas distintas, desde o dia 8 de abril. Se-

gundo a Sesab, diversos fatores podem ser responsáveis pelos registros tardios dos óbitos, inclusive, a sobrecarga das equipes de investigação.

Dentro do montante de contaminados, a Sesab informa ainda que cerca de 928,5 mil pessoas já conseguiram se recuperar da doença e 17.637 pacientes ainda encontram-se como 'casos ativos'. Atualmente, a taxa de letalidade da Covid-19 no território baiano

corresponde a 2,08% do total de diagnósticos positivos.

Na linha de frente do combate à pandemia, a secretaria informou que 48.449 profissionais baianos da área de saúde já testaram positivo para a Covid-19.

Ainda segundo a Sesab, mais de 1,24 milhão de suspeitas de contaminação por Covid-19 já foram descartadas do sistema. No entanto, ainda restam cerca de 213,7 mil que estão sob investiga-

ção e aguardando o resultado dos exames.

Vacinação

Por fim, o balanço ainda informou que 3.052.551 pessoas já receberam a vacina contra o coronavírus. Esse número corresponde a 94,7% do total de 3.222.292 doses disponibilizadas para a aplicação. Dentro do montante de imunizados, cerca de 1.396.873 já receberam a segunda dose prevista.

Pesquisa: Covid mais agressiva é mais comum nos homens**BRUNO BRITO***

Pessoas do sexo masculino, sobretudo os mais idosos, estão mais suscetíveis a desenvolverem casos mais graves da Covid-19, conforme apontou estudo desenvolvido pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Helder Nakaya, com participação do pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Bahia, Bruno Bezerril. De acordo com o estudo, o cenário pode ser explicado pela maior presença dos biomarcadores de inflamação nos homens.

O levantamento, publicado neste mês no site da Fiocruz e no qual foram descritos em artigo publicado no International Journal of Infectious Diseases, foi feito para determinar a relação da idade, do sexo e da propensão à inflamação com quadros mais graves da doença, através de análise laboratorial. Ao todo, a pesquisa contou com mais de 178 mil pacientes, sendo 33 mil com diagnóstico confirmado de Covid-19.

De acordo com nota publicada no site da Fiocruz, os pesquisadores estabeleceram um perfil laboratorial dos pacientes. A partir disso, os resultados revelaram que pacientes idosos do sexo masculino possuem valores laboratoriais significativamente anormais, incluindo marcadores inflamatórios mais elevados, se comparado com mulheres idosas.

Segundo o professor da USP, Helder Nakaya, que liderou a pesquisa, a partir dos exames começaram a ser observados os padrões do que



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 12.12.2020

Segundo o estudo, homens idosos têm mais chance de contrair versão mais grave

ocorria no sangue dessas pessoas. "Descobrimos que as respostas eram diferentes, com os homens tendo mais inflamação do que mulheres, e essa inflamação aumenta ainda mais em casos de homens mais velhos, se comparado com mulheres mais velhas, quando têm Covid".

Para o pesquisador, uma hipótese do motivo para isso acontecer é de que os homens tendem a ter mais comorbidades do que mulheres, a exemplo de diabetes, hipertensão e obesidade, que possuem

maior prevalência entre o sexo masculino. "Se chegam dois homens com a mesma idade e clinicamente iguais, você mede a proteína C reativa dele, que é um indicativo de inflamação. E a partir desse resultado, aquele com dado alterado vai querer mais cuidados", apontou Helder.

Ainda de acordo com a nota publicada pela Fiocruz, os pacientes com a forma grave da Covid-19 passam por um processo chamado "tempestade de citocinas", que representa um indicativo de descontrolado da inflamação.

Ainda segundo a fundação, "isso acontece quando o corpo perde a capacidade de parar esse processo que combater a doença, desencadeando problemas gravíssimos". Outra hipótese levantada pelo estudo é de que, "pacientes mais idosos e do sexo masculino têm tendência a ter um descontrolado maior da inflamação por conta dessa tempestade de citocinas",

conforme nota da Fiocruz.

Já para quem enfrentou o quadro mais grave da doença, como o taxista Hemilton Bittencourt, 57, que passou 25 dias internado no Hospital Espanhol, sendo 12 dias intubado, a expectativa é de poder voltar a viver normalmente. Ele, que é diabético, e teve o diagnóstico positivo no fim de abril do ano passado, tem enfrentado um cenário complicado desde então.

"Tudo começou com uma dor de cabeça, que piorou consideravelmente, e cerca de três dias depois, comecei a ter falta de ar. No quarto dia, precisei buscar o hospital. Perdi 36 quilos e fiquei com uma perna paralisada. Precisei passar dois meses na cadeira de rodas, e quase seis meses até voltar a andar normalmente. Agora, cerca de um ano depois, é que estou me recuperando", contou Hemilton.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

Começa a vacinação para quem tem 58 anos ou mais**TÁCIO CALDAS***

A partir de hoje passam a ser beneficiados pela campanha municipal de imunização os cidadãos que possuem idade igual ou maior aos 58 anos. Enquanto os jornalistas, público anunciado ontem, ainda devem aguardar para se vacinar. Os demais públicos seguem sendo atendidos em Salvador, assim como a 2ª dose da Coronavac continua a ser aplicada na capital baiana.

Todos os cidadãos soteropolitanos que possuem a idade igual ou maior aos 58 anos já podem buscar os postos de vacinação contra o coronavírus. "O prosseguimento da vacinação contra a Covid-19 por idade é a forma mais justa para o aceleração da imunização depois dos grupos prioritários. Amanhã [hoje] vamos iniciar a aplicação da 1ª dose para as pessoas com 58 anos ou mais. Pela manhã, das 8h às 12h, nascidos de 20 de maio a novembro de 1962. Pela tarde, das 13h às 16h, nascidos de dezembro de 1962 a 20 de maio de 1963", informou o prefeito Bruno Reis, pelo Twitter.

Essas pessoas precisam observar também os requisitos mínimos. Todos os indivíduos que se enquadrarem neste público precisam verificar se o seu nome consta no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e, no ato da imunização, apresentar o cartão do SUS e um documento oficial com foto.

Outro grupo passa a ser contemplado com a campanha. Trata-se dos profissio-

nais de transportes de navegação que inclui, agora, os trabalhadores do sistema ferryboat e das lanchinhas que fazem a travessia Salvador-Mar Grande. Os locais de vacinação podem ser encontrados no site do Filômetro (filometro.saude.salvador.ba.gov.br/).

Jornalistas

Depois de ser anunciado pelo governo do estado que os jornalistas acima dos 40 anos já poderiam se vacinar contra a Covid-19, ontem a SMS informou via nota que ainda aguarda a divulgação oficial. "Ainda aguardando a publicação da recomendação da CIB", dizia a nota.

Com isso, ainda não será hoje que se inicia a campanha de vacinação desses profissionais, que devem seguir aguardando o momento correto para poderem se imunizar.

Segunda dose

A 2ª dose dos imunizados contra a Covid-19 segue ocorrendo em Salvador. Para as pessoas que buscam a vacinação com o imunizante da AstraZeneca/Oxford é preciso verificar a data de retorno no cartão de vacinação ou no site da SMS. Já com o outro imunizante, o da Coronavac, é importante que os cidadãos procurem os postos para finalizar o seu processo de vacinação, já que ainda faltam 20.839 pessoas concluírem o seu quadro vacinal.

Neste último caso, apenas as pessoas com o agendamento ou data de retorno até o dia 20 de maio serão atendidas.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

Duas empresas de Eike Batista vão à falência em 13 dias

DECISÃO DA JUSTIÇA Quase dois anos após a decisão de primeira instância, o Tribunal de Justiça do Rio confirmou ontem a falência de duas empresas ligadas à MMX, companhia de mineração do empresário Eike Batista, que já foi apontado como o homem mais rico do Brasil e que acabou preso pela Operação Lava Jato. A decisão foi tomada em segunda instância, pela 6.ª Câmara Cível do TJ do Rio, que seguiu o relatório do desembargador Benedito Abicair. Ainda cabe recurso.

Embora em instâncias e foros diferentes, é a segunda falência da MMX que é decretada neste mês. No dia 6, a própria MMX informou ao mercado que a MMX Sudeste, uma de suas subsidiárias, teve falência decretada

Preso na Lava Jato, empresário dos ramos de mineração e petróleo já foi apontado o mais rico do Brasil

pela 1.ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, do TJ de Minas Gerais. À época, a companhia informou que recorreria da decisão.

A MMX tem dois processos de recuperação judicial – e, em ambos, já teve a falência decretada. No TJ de Minas corre o processo da MMX Sudeste, subsidiária que, no passado, foi criada, principalmente, para operar o Porto do Sudeste, na Baía de Sepetiba, litoral sul do Rio, terminal originalmente responsável por escoar a produção das minas da MMX em Minas Gerais. No TJ do Rio, corre o processo de recuperação que envolve a MMX Mineração e Metais, holding da companhia de mineração de Eike, e a MMX Corumbá, uma das subsidiárias operacionais, criada para explorar minas.

A confirmação da falên-

cia, na decisão desta quarta-feira, veio após a MMX recorrer da decisão da primeira instância. A falência foi decretada em agosto de 2019, pela 4.ª Vara Empresarial do TJ do Rio, responsável pelo processo de recuperação judicial no Judiciário fluminense, mas, ainda naquele mês, a companhia conseguiu uma liminar suspendendo seus efeitos – até que o recurso foi finalmente julgado agora.

A MMX ainda tentou uma última cartada, pedindo ontem a suspensão do julgamento para apresentar uma nova versão do plano de recuperação da empresa. O plano levaria em conta um aporte de US\$ 50 milhões, de um novo investidor, a China Development Integration Limited (CDIL), conforme acordo firmado e divulgado pelas duas companhias no último mês de março.

Venda de ações da Rede D'Or pode girar até R\$ 4,5 bi

OFERTA A Rede D'Or São Luiz informou ontem detalhes da oferta de ações que pode levantar até R\$ 4,5 bilhões, tendo como referência o valor dos papéis da empresa no fechamento de ontem, de R\$ 71,90. Considerando as ações adicionais, a operação pode chegar a R\$

6,751 bilhões.

A empresa fará uma oferta pública de distribuição primária e secundária restrita de, inicialmente, 62.600.000 ações ordinárias, número que pode ser acrescido até 50%. A operação engloba a distribuição primária de 25.040.000

ações ordinárias a serem emitidas pela companhia e a distribuição secundária de, inicialmente, 37.560.000 ações ordinárias de titularidade de fundos da gestora Carlyle e do Delta FM&B Fundo de Investimento em Ações, que são acionistas da empresa.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3153	R\$ 5,3158
Dólar Turismo	R\$ 5,3300	R\$ 5,4700
Euro turismo	R\$ 6,5200	R\$ 6,6770

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	122.636,30	-0,28%

POUPANÇA

20/05/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

PERDA DE VALOR

600BI

de dólares é a perda acumulada pelas principais criptomoedas em apenas uma semana, bitcoin e ether. Embora tenham iniciado uma recuperação ontem, analistas se perguntam qual o limite para o atual mergulho das moedas digitais.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A CPI da pandemia chegou a uma encruzilhada com os depoimentos dos ex-ministros Ernesto Araújo e Eduardo Pazuello. Os dois quebraram o compromisso de dizer a verdade, mas saíram impunes da comissão. Seguiram a mesma linha do ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten. O que seria a pior semana para o governo desde o início das investigações se transformou em uma vitória da estratégia bolsonarista.

Eduardo Pazuello sempre faltou com a verdade enquanto ocupou o posto de ministro da Saúde. Ao lado de Bolsonaro, reafirmava as falas do presidente. Nas coletivas de imprensa, mudava números e fazia promessas que sabia que não iria cumprir. Nas reuniões com governadores, indicava apoio do governo federal, ainda que depois fosse desautorizado, como no episódio da carta de compromisso para a compra de vacinas do Butantan.

O que se esperava da CPI era que o general se sentisse ameaçado para contar o que sabe. Ao contrário, com o habeas corpus no STF e a decisão do presidente da Comissão, Omar Aziz, de recusar voz de

prisão a Wajngarten, o ex-ministro contrariou fatos, a ponto de afirmar que nunca recebeu ordens de Bolsonaro em nada relacionado à pandemia. Ao adiar o seu depoimento por duas semanas, alegando contato com dois militares infectados por Covid, o general pôde mapear as perguntas e se preparar para as respostas.

O depoimento ficou mais fácil pela postura do relator Renan Calheiros. Ele tem sido protocolar nos questionamentos e poucas vezes se permite o direito ao contraditório. Já Omar Aziz chegou a ameaçar o ex-ministro de que faltar com a verdade teria consequências. Mas ele ficou em situação complicada ao poupar Wajngarten.

CPI em uma encruzilhada

Pazuello, até a hora em que passou mal, preferiu mentir a exercer o seu direito de ficar em silêncio

Se, por um lado, evitou a escalada da polarização, por outro, abriu o precedente para que os governistas fiquem à vontade. Por tudo isso, Pazuello, até a hora em que passou mal, preferiu mentir a exercer o seu direito de ficar em silêncio.

Os senadores da base bolsonarista estão em minoria – são apenas quatro dos onze titulares – e carregam o peso dos 441 mil mortos desta pandemia. Mas isso não terá qual-

quer efeito sobre a comissão se os depoentes puderem distorcer a realidade. O grupo dos chamados sete senadores de oposição e independentes já pensa no uso de acareações. De algum modo, a estratégia atual terá que ser revista, sob pena de a CPI se transformar em um teatro para a narrativa do governo.

CPI DO MEIO AMBIENTE

A operação da Polícia Federal contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, deu força para a abertura de uma CPI na Câmara. A imagem do ministro fica ainda mais arranhada perante investidores internacionais.

PRESSÃO DE CUSTOS

Dados mostram a forte pressão de custos sobre a indústria brasileira. O núcleo de inflação no atacado industrial passou de 40% nos últimos 12 meses, segundo a consultoria LCA, que está revisando seu cenário para o Brasil, com mais PIB e inflação acima do teto da meta. Ontem, a Câmara avançou para aprovar a MP de privatização da Eletrobras, com júbilos que devem encarecer a conta de energia em mais 20% para os grandes consumidores.

BC AMERICANO ASSUSTA

O mercado financeiro reagiu mal à ata do Banco Central americano divulgada ontem. Alguns diretores do Fed abriram discussão para a retirada de estímulos, com o receio de que a alta da inflação seja mais prolongada do que o esperado. Isso deixou os investidores cautelosos, o que afetou o preço das commodities e de várias bolsas mundo afora. O Brasil tem sido favorecido por esse cenário de muita liquidez, e uma mudança de postura por lá teria fortes efeitos sobre os juros e a nossa moeda.

POR ALVARO GRIBEL. A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS.

Profissionais acima de 40 anos relatam preconceito

PESQUISA Cerca de 70,4% dos profissionais com mais de 40 anos já passaram por situações de preconceito no mercado de trabalho, segundo um levantamento feito pela empresa de recrutamento InfoJobs feito em abril com 4.588 trabalhadores. Para 78,5% das pessoas ouvidas, maiores de 40 anos não têm as mesmas oportunidades profissionais das das aos mais jovens. As informações são do portal G1.

Na percepção de 78,5% dos respondentes, o mercado não dá as mesmas chances para profissionais com 40 anos ou mais, quando comparado com os mais jovens. Ainda segundo o levantamento, 27,1% acreditam que é preciso estar mais atualizado para competir com as novas gerações e 68,4% alegam

78,5%
dos entrevistados disseram que trabalhadores com mais de 40 anos não têm mesma oportunidade que colegas mais jovens

que muitas vezes nem isso é suficiente para garantir um posto de trabalho.

Também chama a atenção que 61,1% dos profissionais afirmam que o principal desafio profissional é a falta de oportunidade de trabalho, enquanto outras dificuldades não chegam a 15% das respostas.

"Isso realmente acontece, há menos oportunidades para profissionais mais experientes. É quase como um funil, as opções para cargos iniciais são muito numerosas, enquanto para cargos mais seniores, são cada vez menores. Fora que quanto mais experiência você tem, você é mais caro para uma empresa", afirma Ana Paula Prado, country manager do InfoJobs citada em reportagem do jornal O Estado de Minas.

Questionados sobre o que falta para as empresas contratarem profissionais com

mais de 40, 56,2% dos entrevistados disseram que falta às companhias reconhecerem o potencial dos trabalhadores mais experientes, enquanto 30,4% responderam que é necessário romper com preconceitos internos das empresas. Apenas 12,8% das organizações têm mais de 50% de funcionários com mais de 40 anos. "Muitos recrutadores ainda têm em mente que pessoas mais velhas não são mentalmente ágeis, não lidam bem com mudanças e não têm energia - conceitos que estão totalmente ultrapassados e devem ser ressignificados", diz Ana Paula.

Por fim, questionados sobre como podem se destacar no mercado de trabalho, 25,9% responderam que comprometimento é a chave, seguido por maior tempo de experiência e capacidade de adaptação, ambas com 18,1%.

Campanha vai pressionar Supremo a julgar correção do FGTS

TAXA REFERENCIAL Sem previsão de data para que o Supremo Tribunal Federal julgue se a Taxa Referencial (TR) poderia ser usada como índice de correção para os saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), representantes de trabalhadores que participam de ações coletivas começaram a recolher assinaturas para pressionar o presidente do STF, Luiz Fux, a pautar o processo.

O julgamento estava marcado para o dia 13 de maio, mas foi retirado de pauta por Fux sem indicativo de nova data. O Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT) lançou ontem a campanha com objetivo de levar as assinaturas ao presidente do Supremo no dia 7 de junho. De acordo com o IFGT, enquanto a correção pela TR (atualmente zerada) for mantida, o governo seguirá "confiscando" valores de todos os trabalhadores.

Além da TR, o FGTS tem reajuste anual de 3%, inferior à inflação oficial em quase todos os anos. Desde 1999, apenas em 2017 a inflação não superou essa taxa, ficando em 2,95%.

Enquanto o STF não julga a ADI, mais de 200 mil ações judiciais seguem suspensas aguardando uma definição da corte.

ÍNDICE DE ESTOQUES CAI 1,6% EM MAIO

VAREJO O Índice de Estoques (IE) do varejo paulistano cedeu 1,6% em maio ante abril, no segundo mês consecutivo de queda, mostram dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Com 99,1 pontos, o IE da maior cidade do país chegou ao menor nível desde setembro de 2020, quando marcava 93,9 pontos. A queda foi de 9,6% em relação a maio de 2020 (109,6 pontos).

CARGA PESADA

1 TRILHÃO

de reais é a marca alcançada ontem pelo Impostômetro, ferramenta que mede o quanto os brasileiros já pagaram de taxas, impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. Em 2020, essa marca foi superada apenas em 27 de junho. Em 2019, foi em 24 de maio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2021
O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará a Licitação: Modalidade: Pregão Presencial. Nº: 035/2021. Tipo: Menor Preço Valor Global. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO D DE SUPORTE AVANÇADO (UTI MÓVEL) MONTADO EM FURGÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ABERTURA: 01/06/2021, às 14:00h horário local. LOCAL: Prefeitura Municipal, Praça José Alves de Carvalho, 15. Setor de Licitações, Marcos Carvalho Machado - Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 036/2021
Modalidade: Tomada de Preços. Nº: 036/2021. Tipo: Menor Preço Valor Global. OBJETO: Serviços de reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Itaguaçu da Bahia. ABERTURA: 04/06/2021, às 08:00h horário local. Raimundo Nonato Peregrino Silva - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 003/2021. O Município de Irará, torna público a prorrogação do prazo de recebimento referente ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS QUE TENHAM HABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, PARATUAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, MÉDIA E ALTA VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRARÁ-BA - CR 003/2021 até 07 de Junho de 2021, o edital estará à disposição, na COPEL, situada na localidade na Praça Maria Baçalar, nº. 120, Centro, Irará - Ba, no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta feira ou via e-mail através do licitacoes.pmirara@gmail.com. Telefone: (75) 3247-3800. DINORA B. S. SOUZA - Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANGABA
CNPJ Nº: 13.913.371/0001-06
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 009/2021. Tipo: Menor Preço por Item. Sessão Prevista Para: dia 01/06/2021, às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e correlatos com e sem condutores, para atender as necessidades das diversas secretarias deste município. Os interessados terão acesso ao instrumento convocatório e informações adicionais no setor de licitações com a CPL, Av. Jonas Carvalho, 125, centro, CEP -44.745-000 - Mirangaba-Bahia, das 8:00 às 12:00 horas elou através do e-mail pmmllicitacao2021@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS
CNPJ Nº: 14.584.490/0001-59
AVISO DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021-PE
Objeto: Contratação de empresa para locação de veiculose linha leve e pesado, com e sem motoristas para atender as necessidades de diversas Secretarias do Município. Valor estimado: R\$ 2.103.847,20. Tipo de julgamento: Menor Preço. DATA: 01/06/2021. Recebimento das propostas até 08:00h no site https://www.licitacoes-e.com.br; Início da sessão às 10:00h. Edital disponível: https://sai.io.org.br/lencois/Site/DiarioOficial e https://lencois.ba.gov.br/moradores. Informações: (75) 3334-1121 ou licitacaocomlencois@gmail.com. Lençóis-BA, 19 de maio de 2021. Wenilson Dias de Almeida-Presidente da CPL.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
SSP/PMBA/CPRL
COMUNICADO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021-SSP/PMBA/CPRL
O PREGOEIRO OFICIAL do Comando de Policiamento da Região Leste-CPRL comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é serviço de Conservação e Limpeza por Posto de Serviço do Comando de Policiamento da Região Leste-CPRL e suas unidades apoiadas, com sessão de abertura online designada para o dia 20/05/2021 às 10h00min, que fica remarcada para o dia 02/06/2021 às 10h00min (horário de Brasília-DF). Os interessados poderão obter informações e/ou edital na sede do NUCAR/CPRL situado à Av. Maria Quitéria nº 3159, Queimadinha - Feira de Santana/BA, sala onde funciona a SLC, através do telefone: (75) 3624-8187 e/ou e-mail: cpl.cpl@pm.ba.gov.br, em horário comercial, gratuitamente ou pela internet, no site eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br. Feira de Santana - BA, 19 de maio de 2021. Rafael Xavier dos Santos - Cap QOPM Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
CNPJ Nº: 13.798.574/0001-07
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021
A Prefeitura Municipal de Morpará torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial sob nº 009/2021, tipo menor preço por lote, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de material hospitalar, farmacológico, laboratorial, odontológico e medicamentos para farmácia básica, objetivando suprir as demandas do Fundo Municipal de Saúde - FMS, deste Município de Morpará-Bahia. A Sessão de abertura será no dia 01/06/2021, às 09h:00min, no Setor das Licitações e contratos - situado na sede da Prefeitura Municipal de Morpará. Edital disponível no Site Oficial do Município, no endereço eletrônico www.morpara.ba.gov.br ou na Sede da Prefeitura, na Av. Rui Barbosa nº 420, Centro, Morpará-Bahia. Maiores informações: Tel. (77) 3663-2168; e-mail: morparalicit@hotmail.com. Giovanni Pereira de Oliveira - Pregoeiro Municipal.

EXPORTAÇÕES CRESCEM PARA 61% DOS EMPRESÁRIOS

EM ABRIL A sondagem de abril da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) mostra aumento de 59% para 61% dos empresários que citaram crescimento nas exportações. Esse aumento coaduna com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), órgão do Ministério da Economia, que em abril mostraram um total de US\$ 468 milhões de exportações de produtos eletrônicos e eletrônicos, valor 53% superior ao de abril de 2020. Neste caso também, a forte taxa de incremento contou com a base fraca de comparação anotada em abril de 2020, decorrente da pandemia da covid-19. Dessa forma, as exportações de produtos eletrônicos e eletrônicos somaram US\$ 1,6 bilhão no acumulado de janeiro a abril de 2021, 11% acima das ocorridas no mesmo período do ano passado, que somaram US\$ 1,5 bilhão. No acumulado dos primeiros quatro meses de 2021 o incremento das compras externas foi de 19%, somando US\$ 12,7 bilhões.

SECRETARIA DA SAÚDE
Estado da Bahia
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021 - ID: 873892 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS.
Abertura: 03/06/2021, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: Aquisição de colchão para uso em cama hospitalar. Família: 65.30. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: hrgs.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103-8898/8899 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00hs no endereço: COPEL do HGRS na Estrada do Saboeiro, S/Nº, Prédio Anexo, 1º Andar, Sala de Licitação - Bairro Cabula, Salvador - Bahia, 19/05/2021. Natasha Hila Nunes Silva - Pregoeira/HGRS.
SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUCA
AVISO DE LICITAÇÃO O MUNICÍPIO DE URUCUCA-BA torna público que se encontra em aberto o processo de Chamada Pública nº 001/2021 do dia 20/05/2021 até o dia 11/06/2021, às 13h00min, cujo objeto é a Aquisição Parcelada de gêneros alimentícios, através de grupos formais de agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações ou grupos informais de agricultores familiares para atender a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, nos moldes da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 38 de 16/07/2009 (FNDE) e Lei 8. 866/93, destinados às Unidades Escolares e Creches Municipais. Edital disponível na sede da Prefeitura Municipal de Urucuca, das 08h00min às 13h00min, ou pelo telefone (73) 3239-2307, e-mail: licitacaourucuca@gmail.com Urucuca - Bahia, 19/05/2021. Marcos Eduardo Francisco Pereira - Presidente da Comissão de Licitação.
AVISO DE LICITAÇÃO: Aviso de Licitação Pregão Eletrônico 024-2021. Objeto: locação de tenda tipo galpão, em 01/06/2021 às 09h00min (horário de Brasília). Aviso de Licitação Pregão Presencial 002-2021. Objeto: aquisição de refeições, em 01/06/2021 às 10h00min (horário de Brasília). Edital disponível através do Portal: https://www.urucuca.ba.gov.br/site/licitacoes ou na sede da Prefeitura Municipal - Centro Administrativo Ruby Mancuso, Rua Pº, S/N, Bairro: Everaldo Argolo Góes de segunda à sexta das 07:00 às 13:00 horas. Urucuca - BA, 19 de maio de 2021. Bruno Luiz Nascimento Souza - Pregoeiro Oficial.

CONSORCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO BAIXO SUL
CNPJ Nº: 29.707.393/0001-50
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021
O Pregoeiro realizará o PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021, objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de ar-condicionado da Sede e Policlínica Regional de Saúde do Baixo Sul, dia: 01/06/2021, às 14:30h, na sala de Licitações do Consórcio Público Interfederativo De Saúde Da Região Do Baixo Sul, sito à Rua Maestro Barninha, s/nº, Graça, Valença-BA, CEP: 45.400-000, localizado no fundo da Policlínica de Saúde. OBS: (seguiremos à risca todas as orientações da OMS, Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria Municipal de Saúde de Valença, quanto ao distanciamento entre os participantes, utilização de máscaras e álcool em gel, bem como a esterilização dos materiais e equipamentos utilizados). O Edital está publicado na íntegra no Diário Oficial do Consórcio www.baixosul.valenca.ba.io.org.br, informações: no mesmo endereço, das 08:00h, às 12:00h, e das 14:00h, às 17:00h. Telefone: (75) 3641-3632 ramal 109 ou csbaixosul@gmail.com. Valença-BA, 20/05/2021. Jairo de Freitas Baptista Junior - Pregoeiro.

SECRETARIA DA SAÚDE
Estado da Bahia
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - ID Nº 873656 - HOSPITAL GERAL DO ESTADO DA BAHIA - SESAB/NGE. PROCESSO SEI: 019.8083.2021.0035227-94.
Abertura: 02/06/2021 às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: Aquisição de Material de Consumo Médico-Hospitalar (Compressa Camp Operatório Estéril). Família(s): 65.10. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites: www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: hrgs.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3277-8696 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min no endereço: Hospital Geral do Estado - Setor de Licitação - Avenida Vasco da Gama, S/Nº, Brotas - Salvador/BA, CEP: 40.286-901, 19/05/2021. Rosângela dos Santos Conceição Agostinho - Pregoeiro (a) Oficial.
SESAB

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

●● Dados do Ipea mostram que são mais de 50 milhões de bicicletas circulam no trânsito brasileiro. Isso acaba impactando no crescimento de acidentes com ciclistas

Márcio Marinho

Deputado federal pelo Republicanos, ao propor projeto de lei que eleva o cerco contra motoristas de veículos envolvidos em acidentes com ciclistas

Nome ao rebanho

Delator da Operação Inventário, deflagrada pelo Ministério Público do Estado para investigar fraudes e corrupção em processos nas varas de família da capital, o advogado Marco Aurélio Fortuna Dórea implicou pelo menos um juiz da ativa e diversos servidores públicos no comércio de sentenças na Justiça baiana. Aos promotores do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas do MP (Gaecco), Dórea garantiu entregar muito mais que o testemunho verbal sobre o esquema. Assegurou possuir em mãos provas materiais robustas contra membros do esquema que integram os quadros do Judiciário e estão lotados nas varas de família onde ele, supostamente, possui ingerência. O interesse nos arquivos do advogado levou o MP a pedir a prisão domiciliar para ele, autorizada no último dia 6.

BARRADO PELO VÍRUS

Conforme revelado na edição de ontem, Marco Dórea contraiu covid após deixar a cela do Batalhão da Polícia de Choque em Lauro de Freitas e atrasou o andamento da colaboração premiada feita com o Inventário. Com isso, os depoimentos e coletas de provas só devem ser reiniciados na semana que vem.

Segundo alvo

O senador Otto Alencar (PSD) conseguiu aprovar ontem a convocação do coronel Elcio Franco Filho, ex-número dois do Ministério da Saúde na gestão do general Eduardo Pazuello, para depor à CPI da Covid. Então secretário executivo e responsável pela administração da pasta, Franco Filho havia alegado, em declarações concedidas no dia 4 de março, que não havia reparo a fazer na tática do governo federal para enfrentar a pandemia. Agora, os senadores antigovernistas querem apertá-lo em busca de contradições em relação ao depoimento prestado ontem por Pazuello. Antes de cair junto com o chefe, o militar ganhou notoriedade por aparecer em público com broches de caveira no paletó.

Redução de danos

Um dos porta-vozes do empresariado na Câmara de Vereadores de Salvador, o presidente da Casa, Geraldo Júnior (MDB), manifestou preocupação com a possível retomada de medidas mais duras de controle sanitário na cidade, a reboque da alta da curva de contágio e da ocupação nas UTIs. Para tentar reduzir o alcance de um eventual retorno do fechamento de segmentos de peso, Geraldo Jr. negocia uma equação de menor impacto com o prefeito Bruno Reis (DEM) e o secretário de Saúde da capital, Leo Prates.

Dupla taça

Em um intervalo de quatro dias, os pataxós que habitam a Serra do Padeiro, no Sul do estado, obtiveram duas vitórias dentro da longa guerra travada no Supremo contra fazendeiros da região pela posse de 500 hectares em Buerarema. No último dia 14, a Segunda Turma da Corte freou outra tentativa de efetivar a reintegração de posse da área. Anteontem, o ministro Alexandre de Moraes rejeitou a redação dos fazendeiros e manteve a decisão que proíbe ações do tipo durante a pandemia.

Ajuste de contas

Para consolidar a nomeação do ex-secretário estadual do Meio Ambiente João Carlos Oliveira na pasta da Agricultura, a deputada federal Lídice da Mata, presidente do PSB da Bahia, prometeu ao ex-deputado Bebeto Galvão que ele terá no novo espaço os mesmos cargos que tinha no antigo.

INDÚSTRIA FORTE
PROTAGONISMO & INOVAÇÃO

Quais são os planos para o futuro da indústria?

Em conteúdo especial, o Correio informa sobre os planos e expectativas para o setor que se mostrou essencial na retomada da economia baiana.

25/05, aqui no Correio.

Secretaria da Educação
SALVADOR
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

EDITAL DE CITAÇÃO

A Comissão de Tomada de Contas Especial instituída pela Portaria nº 223/2020, pelo Senhor Secretário de Educação do Município do Salvador, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Art. 5º e Art.14 do Decreto nº 25.802/2015, CITA, pelo presente Edital, o Senhor **JORIVAL FERREIRA MELO IHLENFELDT JÚNIOR**, CPF ***976.504-**, por se encontrar em local incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, comparecer na Secretaria Municipal da Educação do Município do Salvador, sito à Avenida Garibaldi, nº 2981, Salvador-BA, a fim de apresentar defesa escrita no PR. Nº 62165/2021 a que responde, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta publicação sob pena de revelia. Salvador, 17 de maio de 2021. **Lourdes de Fátima Santos Pinto** - Presidente da Comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
CNPJ Nº: 14.235.859/0001-36

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 029/2021 E AVISO PREGÕES PRESENCIAIS Nº 008 E 009/2021

O Pregoeiro realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 029/2021 - LICITAÇÃO Nº. 873615. OBJETO: aquisição parcelada de materiais de informática e de telefonia para atender necessidade da Prefeitura Municipal de Valença e seus órgãos, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos. Data: 02/06/2021, horário: 09h00min. (horário de Brasília). Julgamento: menor preço total por Lote. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h30min do dia 01/06/2021. CADASTRO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA ELETRÔNICA via sistema Branco do Brasil (licitações-e), até as 08h30min do dia 01/06/2021. ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: dia 01/06/2021 a partir das 08h00min. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DESPITA DE PREÇOS: dia 01/06/2021 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a). O Edital e atos posteriores encontram-se no sítio eletrônico da Prefeitura www.valenca.ba.gov.br, ou poderão ser adquiridos via e-mail licitacao@valenca.ba.gov.br ou na Travessa General Lathall, s/nº, Centro, Valença-Bahia da segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 14:00. Informações por Telefone: (75)3641-8610. Valença-BA, 20/05/2021. **MÁRCIO HERBERT ROCHA PINHEIRO** - Pregoeiro.

O Pregoeiro realizará o PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021. OBJETO: contratação de empresa para funilaria e eventual contratação da prestação de serviços confecção de kits pedagógicos para serem distribuídos aos profissionais da educação da rede pública municipal de ensino do Município de Valença, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos. Data: 02/06/2021, às 08h30min. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 OBJETO: contratação de empresa para aquisição de motocicleta para a Guarda Municipal da Prefeitura Municipal de Valença, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos. Data: 02/06/2021, às 10h30min. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Local: salão de reuniões da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, sito à 2ª Travessa Dr. Raul Malbouisson, s/n, São Felix, Valença-BA. O Edital e atos posteriores encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura www.valenca.ba.io.org.br e no caso do impresso, na Prefeitura. Tel: (75) 3641-8610. 20/05/2021 - **MÁRCIO HERBERT ROCHA PINHEIRO** - Pregoeiro.

VAJÃO DE MARACÁS S.A.
CNPJ Nº: 15.191.786/0001-49 - NIRE 26.300.030/741

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGOÉ

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **VAJÃO DE MARACÁS S.A. ("VAJÃO" ou "Companhia")**, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 31 de maio de 2021, em primeira convocação, às 10:00 horas, no sede da Companhia, localizada no Cabulo do Salvador, Estádio da Bahia, na Rua Alceu Amorim Lima, nº 440, sala 505, Ed. Salvador Sócios & Fil. Saneamento das Águas, CEP 41.620-710 (6502), e em de deliberação sobre a seguinte ordem do dia: I - **Eleger o Conselho de Administração**; II - a tomada de contas dos administradores, apreciação do relatório anual da administração, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; III - a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; IV - a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; V - **Eleger Assembleia Geral Extraordinária**; VI - a alteração da denominação social da Companhia, com a consequente alteração do Art. 1º do Estatuto Social da Companhia; (X) a alteração da forma de convocação de Assembleias Gerais da Companhia, com a consequente alteração da redação do Art. 9º do Estatuto Social; (XI) a alteração do prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do Art. 12 de Estatuto Social; e (XII) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para participar da AGOÉ os acionistas deverão apresentar à Companhia: (I) documento de identidade original com foto (por exemplo: Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, cartões de identidade expedidos pelos conselhos profissionais ou cartões funcionais expedidos pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (II) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (I) contrato ou estatuto social; e (II) ato societário de eleição do administrador que (III) autorizar a assembleia geral como representante da pessoa jurídica; ou (III) ato societário de nomeação de representante acionista pessoa jurídica. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGOÉ e votar em seu nome, desde que: (I) a outorga de poderes de representação para participação na AGOÉ tenha sido realizada há menos de 1 (um) ano; e (II) o procurador seja (a) acionista da Companhia; (b) administrador da Companhia; ou (c) advogado. No hipótese de representação por procurador, deverão ser apresentados os seguintes documentos: (I) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOÉ; (II) estatuto ou contrato social, conforme aplicável; e (III) ato de eleição dos administradores, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e (III) documento de identificação com foto do procurador. Adicionalmente, em complemento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), a procuração deverá conter: (I) a indicação do lugar onde foi passada; (II) a qualificação completa do subscritor e do outorgado; e (III) a data e o objetivo do outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGOÉ encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como serão publicados nos prazos respectivos, de acordo com a legislação aplicável. Salvador/BA, 17 de maio de 2021. **Jonathan Gary Lee** - Presidente do Conselho de Administração/President of the Board of Directors

Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



OS BAIANOS DE JAIR

Principal reduto petista no Nordeste e um dos maiores colégios eleitorais do País, a Bahia virou o foco do projeto eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, que segue investindo em nomes para palanques no Estado após levar para o Governo o deputado baiano João Roma como ministro dos programas sociais. Fenômeno bolsionista no Sul da Bahia ao defender a cloroquina como tratamento precoce contra o Covid-19, a médica Raissa Soares foi convidada a se filiar ao PTB para disputar vaga de senadora ou deputada federal. Bolssonaro a convidou para um café no Palácio na segunda-feira. E ontem, ela almoçou com o presidente do PTB, Roberto Jefferson, que propôs a filiação ao partido para disputar o Senado ou a Câmara dos Deputados.

Caiu para cima

Após cair em desgraça com o governador Rui Costa, do PT, que a exonerou do Hospital Luís Eduardo Magalhães, Raissa foi nomeada secretária de Saúde de Porto Seguro, na nova gestão do prefeito bolsionista Jânio Natal.

Hoje, por ora

O vice de Jair Bolsonaro na chapa para disputar a reeleição, hoje, é um nome do PTB.

Na moita

O assessor armado que é a sombra quase 24 horas de Ricardo Salles é chamado de Fortes, um militar reformado do Exército. Destila com cara de poucos amigos, pago pelo gabinete do ministro do Meio Ambiente. Ele o acompanhou ontem na sede da Polícia Federal.

Na cerca

O deputado federal Célio Studart (PV-CE) pediu a convocação do ministro do Meio Ambiente, alvo da PF, para explicar as denúncias envolvendo a operação Akuanduba.

No mais...

Em qualquer País do mundo, o ministro Salles já teria sido exonerado. Mas estamos no Brasil.

Mineirada conversa

Em Belo Horizonte, após o PT articulou para que o deputado federal Reginaldo Lopes – campeão de votos em Minas Gerais há anos – sair candidato ao Senado. Assim, abre vaga na legenda para o governador Fernando Pimentel se lançar a federal, numa dobradinha na chapa.

Frevo no cardápio

Anderson Ferreira, prefeito de Jaboatão (PE), e a deputada federal Marília Arraes estão sempre almoçando ou jantando, para holofotes da mídia recifense. Conversam de tudo, menos sobre possível coligação e o mais importante: quem será o cabeça de chapa.

Nomes à mesa

Por falar no Recife, segue forte o nome do

secretário estadual de Fazenda, Décio Padilha, como potencial candidato ao Governo de Pernambuco. Hoje ele é o plano C, atrás do ex-prefeito Geraldo Julio e do secretário da asa Civil João Neto. No entanto, a preferência de Renata Campos, viúva de Eduardo que manda muito, é por Décio.

Preço do sonho

A uma semana do Dia Nacional da Adoção (comemorado todo 25 de maio), a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça sultou uma sentença triste para quem luta pela consolidação do programa. A condenação dos pais a pagarem indenização de R\$ 5 mil por desistirem da adoção. A então adovante teve uma convivência conflituosa com o casal (de 55 e 85 anos) dos 9 aos 14 anos, quando voltou para o orfanato.

Eletrobra\$

Mais sobre a nota do presidente na MP da privatização. Os R\$ 45 bilhões recebíveis da União para a estatal não devem cair na conta da futura compradora, mas de outra estatal, da Eletrouclear. O Palácio acordou para o 'jabuti' na emenda do relator.

Tradição na praia

O tradicional restaurante da La Fiorentina, no Leme no Rio, ganhou da prefeitura o selo de estabelecimento incluso no Cadastro dos Negócios Tradicionais e Notáveis. Isso dá fôlego à empresa nestes tempos de pandemia, fundada em 1957.

ESPLANADEIRA

Composições de Luísa Castellanos encerram concerto internacional na Islândia, dia 29. # **Marcio Martin** assume vice-presidência comercial da green4D para América Latina. # **Coletivo Entreartes** apresenta exposição "Resistência", no Museu de Arte Contemporânea de Niterói, a partir do dia 21. # **Criada a Interoperas** - Associação para Interoperabilidade na Saúde.

Ministro do Supremo aponta que Salles fez "movimentação atípica"

PEPITA ORTEGA ESTADÃO CONTEÚDO

Na decisão em que determinou a abertura da Operação Akuanduba, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), registrou que um relatório de inteligência financeira indicou "movimentação extremamente atípica" envolvendo o escritório de advocacia que tem como sócio o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Segundo Alexandre, o documento cita transações de 2012 até junho do ano passado que somam R\$ 14,1 milhões.

Alexandre determinou a quebra dos sigilos bancários e fiscais de Salles, assim como os de outros 22 alvos da investigação em que a Polícia Federal mira "grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais". Além das transações que envolvem Salles, a PF comunicou ao Supremo que encontrou diversas comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras de "operações suspeitas" envolvendo o secretário adjunto de biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Olivaldi Alves Zedeo Borges, e duas empresas investigadas na "Akuanduba". Segundo Alexandre, tal situação que recomenda, por cautela, a necessidade de maiores aprofundamentos.

Ao detalhar a suposta participação do ministro no esquema sob suspeita, a PF chegou a reproduzir falas do ministro durante a faticida reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, ocasião em que



Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente teve os sigilos bancários e fiscais quebrados por determinação da Justiça

Salles disse que era preciso aproveitar a "oportunidade" da pandemia do novo coronavírus para "ir passando a boiada e mudando todo o regimento e simplificando normas".

Segundo a Polícia Federal, tal "modus operandi" teria sido aplicado na questão das exportações ilícitas de madeira, com a elaboração "de um parecer por servidores de confiança em total desconhecimento com a legalidade" – o despacho que liberou a exportação de madeira de origem nativa, sem a necessidade de uma autorização específica. O documento foi suspenso por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

Os investigadores apontam que, após apreensões de produtos florestais exportados ilegalmente pelas empresas Ebata Produtos Florestais e pela Tradelink Ma-

deiras para os Estados Unidos, associações que representam madeireiras buscam apelo junto a servidores nomeados por Salles e pediram a revogação de instrução normativa que previa autorização específica para que madeiras pudessem deixar o país.

O pedido foi atendido com a edição, pelo presidente do Ibama, Eduardo Bim, de um "despacho interpretativo". Na representação enviada à Alexandre, a PF indicou a suposta participação de Salles nas tratativas para edição de tal despacho, citando reunião entre o ministro, as empresas que tiveram materiais apreendidos pelos EUA, Bim, o diretor de Proteção Ambiental Olivaldi Alves Borges de Azevedo, além de parlamentares.

"Na sequência, pelo que consta da representação da autoridade policial, houve o

'atendimento integral e quase que imediato da demanda formulada pelas duas entidades, contrariamente, inclusive ao parecer técnico elaborado por servidores do órgão, legalizando, inclusive com efeito retroativo, milhares de cargas expedidas ilegalmente entre os anos de 2019 e 20202', registrou Alexandre ao detalhar as condutas atribuídas pela PF à Salles.

Além disso, os investigadores apontam que, na sequência da aprovação do despacho que atendeu os pedidos das madeireiras, servidores que atuaram em prol das exportadoras foram beneficiados pelo Ministro com nomeações para cargos mais altos, ao passo que servidores que se mantiveram firmes em suas posições técnicas, foram exonerados por ele.

Salles vê exagero e diz que PF induziu ministro do Supremo

G1

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse ontem que a operação da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF) contra servidores da pasta foram alvo e que investiga a exportação ilegal de madeira para os EUA e a Europa, foi "exagerada" e "desnecessária" e que o ministério atua com "respeito às leis".

Salles afirmou ainda que o inquérito da PF levou a erro o relator do caso, ministro do STF Alexandre de Moraes. O ministro e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, foram alvos da operação deflagrada ontem e que foi autorizada por Moraes.

"Vou fazer aqui uma manifestação de surpresa com essa operação que eu entendo exagerada, desnecessária. Até porque todos, não só o ministro, como todos os demais que foram citados e foram in-

cludidos nessa investigação estiveram sempre à disposição para esclarecer quaisquer questões. O Ministério do Meio Ambiente desde o início da gestão atua sempre com bom senso, respeito às leis, respeito ao devido processo legal", disse Salles a jornalistas.

O ministro afirmou ainda que o inquérito da Polícia Federal foi instruído de maneira a "induzir o ministro relator", Alexandre de Moraes, "a erro". E negou que tenha havido ilegalidade. "Entendemos que esse inquérito, o pouco que sabemos, que não tive acesso ainda, ele foi instruído de uma forma que acabou levando o ministro relator, induzindo justamente a dar impressão de que houve o que teria havido, possivelmente, uma ação contenciosa de agentes do Ibama e do ministério para favorecer o país para fazer o desmonte indevido do que quer que seja", disse Salles.

Augusto Aras diz não ter sido consultado sobre operação

RENATO SOUZA CORREIO BRAZILIENSE

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que não foi consultado sobre a operação contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alvo de uma ação da Polícia Federal deflagrada ontem. A ação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

No despacho, Moraes autoriza a quebra de sigilo fiscal e telefônico de Salles e de outros acusados de envolvimento em atos de corrupção para favorecer madeiras ilegais. O magistrado também determinou buscas em endereços ligados aos acusados e oitiva dos envolvidos.

Em nota, Aras afirmou que a decisão pode ter violado o "sistema acusatório", em razão do Ministério

Público não ter sido consultado. "A respeito de notícias veiculadas pela imprensa de que autoridade com foro no STF foi alvo de busca e apreensão, a PGR informa que não foi instada a se manifestar sobre a medida, o que, em princípio, pode violar o sistema constitucional acusatório", destacou o procurador.

Desde que assumiu o cargo, Aras é acusado de alinhamento com o presidente Jair Bolsonaro, e tem barrado investigações contra o chefe do Executivo. Nos últimos meses, essa defesa branca se intensificou, o que tem incomodado ministros do Supremo e integrantes do Ministério Público. Dentro do MPF, a oposição é de quem a decisão de Moraes, de não ouvir a PGR é inédita, e revela uma perda de confiança entre o Supremo e o órgão máximo do Ministério Público.

PONTO DE VISTA

JOACI GÓES

Sucessão federal e nos estados

Ao encontrar amigo Carlos Oliveira, o Tatao!

O filósofo alemão Emanuel Kant (1724-1804), que nasceu, viveu e morreu, aos quase oitenta anos, na pequena Königsberg, sem dela nunca ter saído, disse que o homem está condenado a nunca se libertar dos países pobres e religiosos, pois que a experiência histórica chancela, a exemplo do interesse precocemente suscitado pelas ainda distantes eleições gerais de 2022, no Brasil, apesar de nos encontramos imersos no inferno dos estragos produzidos pela mais extensa pandemia de todos os tempos, do ponto de vista geográfico.

Sabemos que o acendrado empenho para não confundirmos o que vemos com o que desejamos não é suficiente para nos imunizarmos contra siros de predição, sobretudo no reservatório campo da política que, à semelhança das nuvens, muda de formação a cada momento, conforme a conhecida comparação do político paulista Antônio Carlos Andra-



Se a disputa final se der entre Lula e Bolsonaro, o atual Presidente vencerá; se for entre Lula e o candidato da terceira via, esta vencerá com o apoio dos eleitores de Bolsonaro; se a disputa for entre Bolsonaro e a terceira via, esta, mais uma vez vencerá agora, com o apoio do PT. Bolsonaro se reelegerá se o seu adversário for o ex-presidente Lula; a terceira via será a escolhida, seja quem for o seu adversário. Ou seja: se as forças fragmentárias não se unirem em torno de um nome respeitável, Bolsonaro comandará o País por mais um mandato. Em síntese, Lula perderá seja qual for o seu adversário, no turno deradeiro, vilado pelo assalto que liderou contra o Erário, o maior no tempo e na geografia. E cada vez maior a associação de sua imagem ao de um grande iceberg derretendo sob a luz solar.

As eleições nos estados dependem, como nunca, do modo como evolua o processo federal, a exemplo da Bahia, onde, a posição de rompimento de ACM Neto com o Presidente da República assegura que o candidato do PT, aparentemente, o Senador Jacques Wagner, o político mais vitorioso da história da Bahia, em eleições populares, tem praticamente, asse-

gurado a liderança no primeiro turno, ficando o seu desempenho final, condicionado, em grande medida, ao curso das eleições nacionais.

A posição de ACM Neto, ao dividir com o candidato de Bolsonaro, na Bahia, um eleitorado via, esta, mais uma vez, simplesmente, seu, no primeiro turno, não pode ser, simplesmente, considerado um ato, politicamente, suicida. Diante da dificuldade por todos reconhecida de encontrar-se um nome capaz de aglutinar as forças fragmentárias para compor a terceira via, o próprio Neto reúne as condições para vir a ser esse nome. O reconhecimento da grande administração que realizou em Salvador, através da vitória retumbante de Bruno Reis, a par do seu desempenho na política nacional, como presidente do DEM, a sigla partidária que mais cresceu nas últimas eleições, além da articulação vitoriosa das duas últimas mesas do Congresso Nacional, faz dele destinatário da confiança do Centrão.

O risco de que nada disso de certo não é a grande monta para quem, como ACM Neto, tem muitos anos pela frente. Certo é que intensas emoções nos aguardam nesta permanente e apaixonante roleta russa que é a política eleitoral.

Receita e PGFN lançam edital para adesão a acordo de transação tributária

EQUIPE DE POLÍTICA

A Receita Federal, junto da Fazenda Nacional, lançou ontem um novo edital para acordo de contribuintes a acordo de transação tributária para encerrar discussões administrativas ou judiciais.

O novo acordo contempla contribuintes que possuam processos em julgamento, que tratam sobre a incidência de contribuições previdenciárias e destinadas a outras entidades e fundos incidentes sobre a participação nos lucros e resultados (PLR), por descumprimento da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

De acordo com a Receita, a negociação permitirá que as dívidas possam ser pagas com até 50% de desconto. Para os interessados em aderir o acordo referente a processos com débitos junto à Receita Federal, é preciso fazê-la por meio do Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal (Portal-e-CAC), disponível no site do órgão.

Já a adesão referente a débitos inscritos em Dívida Ativa da União deve ser reali-

zada pelo sistema Regularizadora disponível no site da PGFN.

São três as modalidades de pagamento, de acordo com a opção do contribuinte: 1) Pagamento de entrada no valor de 5% do valor total, sem reduções, em até cinco parcelas, sendo o restante parcelado em seis meses, com redução de 50% do valor do montante principal, multa, juros e demais encargos; 2) Pagamento de entrada no valor de 5% do valor total, sem reduções, em até cinco parcelas, sendo o restante parcelado em 55 meses, com redução de 30% do valor do montante principal, multa, juros e demais encargos. Como condição para adesão à transação, o contribuinte deverá indicar todos os débitos em discussão administrativa ou judicial.

Veículo: Bocão News	
Data: 20/05/21	



ECONOMIA E MERCADO

MP amplia uso de fundo garantidor das PPPs com a União



20 de Maio de 2021 às 08:22

Por: Beth Santos/PR Por: Luiz Felipe Fernandez

A Medida Provisória (MP 1.052) foi editada nesta quarta-feira (19) pelo presidente Jair Bolsonaro. Ela amplia a possibilidade de usos do fundo garantidor das Parcerias Público-Privadas (PPPs) acordadas pela União.

Hoje, o fundo com cota de R\$ 11 bilhões só pode ser usado para a estruturação e desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias. Com a modificação, fica permitido que a União aglutine o fundo.

Desta maneira, fica possível também a prestação de serviços técnicos profissionais especializados para ampliar projetos desenvolvidos por meio de PPP's.

A MP, publicada em edição extra do Diário Oficial, permite que o governo federal participe de fundos de investimentos, desde que sejam regulados pela Comissão de Valores de Mobiliários.

O texto segue agora para o Congresso, que tem o prazo de 120 dias para analisar e dar o parecer.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 20/05/21	



INVESTIMENTO NO BRASIL TEM PIOR DÉCADA EM 50 ANOS



admin 20 Maio, 2021

A taxa de investimentos no Brasil teve a pior década em 50 anos e, em 2020, foi muito menor do que a média observada em países emergentes ou nas economias da América Latina, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo o portal G1, na média dos anos 2011-20, o indicador ficou em apenas 17,7% do PIB (Produto Interno Bruto), evidenciando as dificuldades orçamentárias do setor público e também a fraqueza dos gastos das empresas com máquinas e equipamentos, infraestrutura, construção e inovação. O levantamento dos pesquisadores Juliana Trece e Claudio Considera, mostra que a taxa de investimentos apresentou em 2020 uma pequena elevação, fechando o ano em

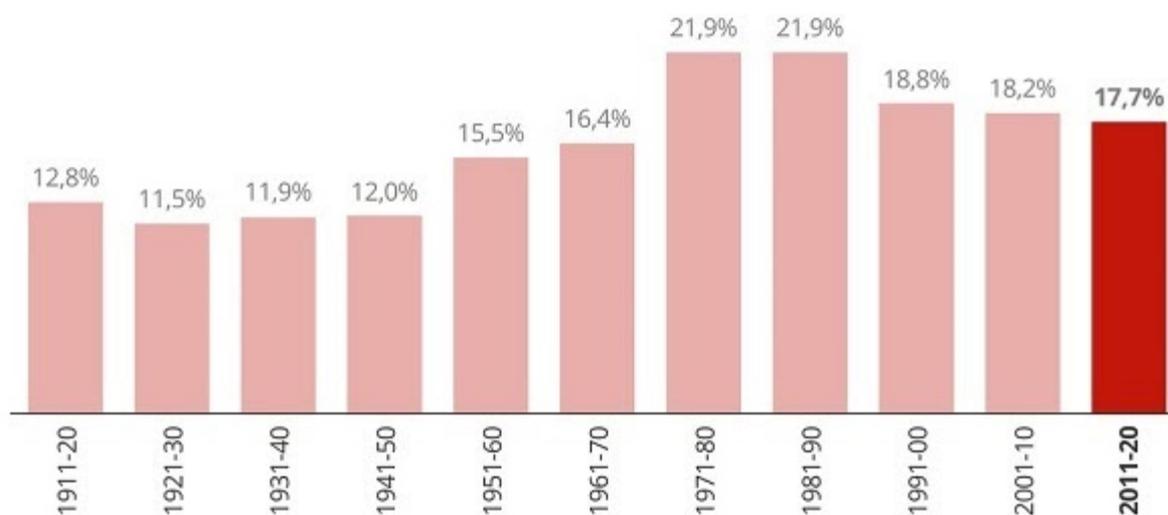
16,4%, contra 15,3% em 2019 – mas ainda distante do patamar de 2013 (20,9%) e da média de 21,9% dos anos 70 e 80.

A economista Juliana Trece explica que a elevação da taxa de investimento em 2020 foi uma espécie de falso positivo, uma vez que só ocorreu porque os investimentos medidos pela formação bruta de capital fixo (FBCF) tiveram uma queda menor do que a do PIB no ano passado: um recuo de 0,8% ante um tombo de 4,1% da economia brasileira.

A taxa de investimentos apura tudo o que se investe em máquinas, bens duráveis, aumento da capacidade produtiva, construção civil, infraestrutura, além de produtos de propriedade intelectual como pesquisa e desenvolvimento, software e banco de dados. O avanço deste componente do PIB é considerado fundamental para que o país consiga acelerar a retomada econômica e um crescimento mais sustentável e contínuo.

Taxa de investimento no Brasil tem pior década em 50 anos

Médias por década, em % do PIB



Fonte: Ibre-FGV, a partir de dados do IBGE

O estudo mostra ainda que os países emergentes investem mais que o dobro do Brasil e que a média dos países da América Latina e Caribe também tem sido superior à brasileira. “Em termos de comparação internacional, a situação brasileira ainda não teve alteração significativa. Em

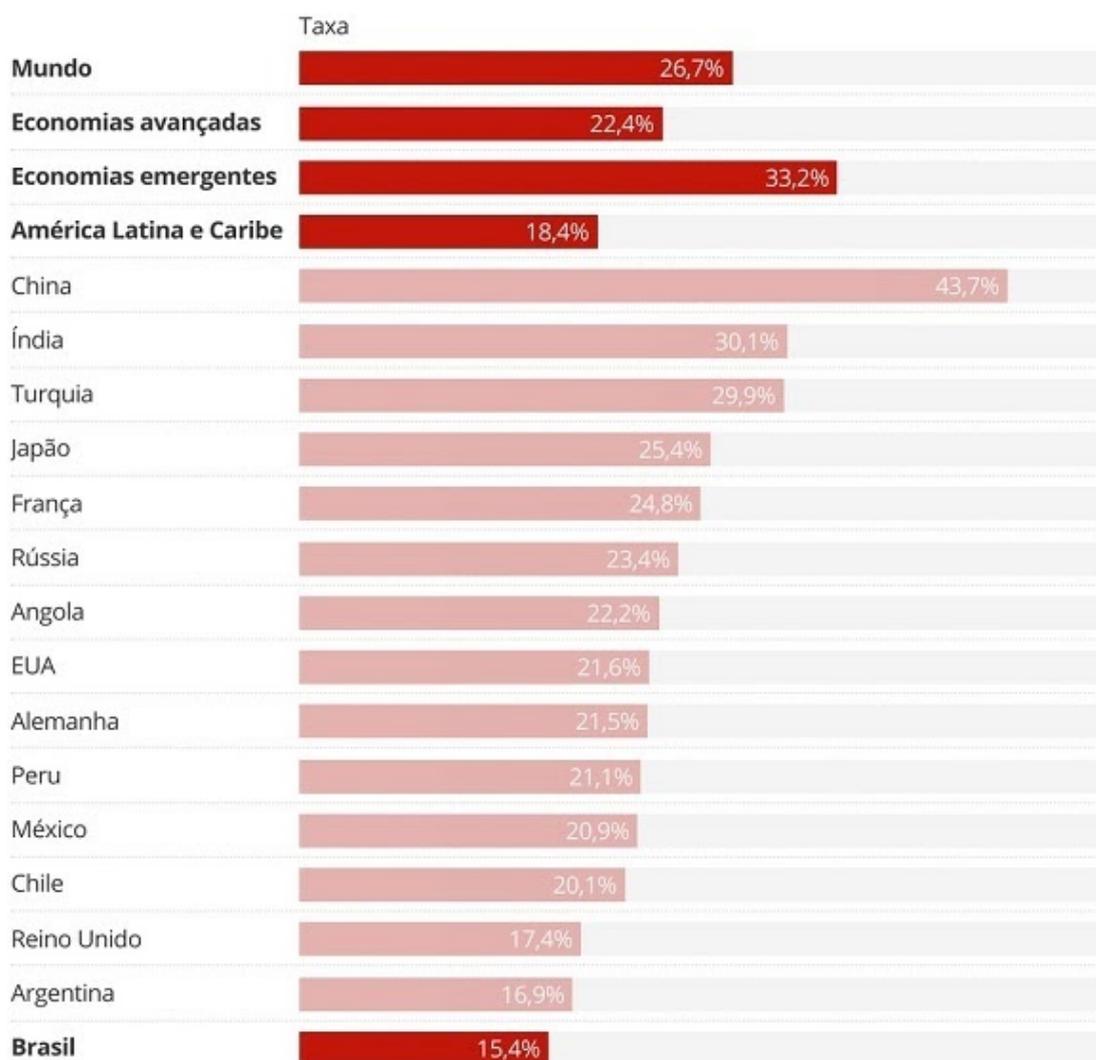
2020, aproximadamente 87% dos países do mundo apresentaram uma taxa de investimento maior que a do Brasil”, destacam os autores.

Com base nas projeções do FMI para 2021, a pesquisadora aponta que 89% dos países do mundo (152 países dentro de uma amostra de 171 países) devem apresentar taxas de investimento maiores que o Brasil neste ano. O FMI projeta uma taxa de investimento de 15,4% do PIB para o Brasil em 2021, de acordo com as estimativas divulgadas em abril, bem abaixo da média global (26,7%) e do índice médio das economistas emergentes (33,2%).

Na China, a previsão é de uma taxa de 43,7% do PIB. Na Índia, de 30,1%. Nos Estados Unidos, de 21,6%. Na América do Sul, o investimento deve chegar a 21,1% no Peru e a 20,1% no Chile. Até a Argentina, que também enfrenta há anos uma forte crise econômica, deve apresentar uma taxa maior que a do Brasil, com 16,9%.

Investimento do Brasil deve ser um dos menores do mundo

Projeções do FMI para a taxa em 2021 em países selecionados, em % do PIB



Fonte: Levantamento Ibre/FGV, a partir das projeções de abril do FMI

Fotos: aboutbrasil.com e G1

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 20/05/21	



NOTA FISCAL AVULSA PODE SER SOLICITADA À SEFAZ POR E-MAIL



admin 20 Maio, 2021

Todos os prestadores de serviços que precisam solicitar Nota Fiscal Avulsa podem fazer o requerimento por email, pelo endereço eletrônico atendemergencial@sefaz.salvador.ba.gov.br. A nova medida vai fazer com que os empreendedores economizem tempo e retira a necessidade de ir até à sede do órgão, no Centro da cidade, ou a um posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SACs). Suspenso em razão da pandemia de Covid-19, a Sefaz retomou o atendimento presencial. A sede funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, com capacidade reduzida e cumprindo todas as normas sanitárias para evitar a disseminação da Covid-19.

Por enquanto, segue proibida a entrada de acompanhantes, exceto em caso de idosos, deficientes ou pessoas com dificuldade de locomoção. O e-mail precisa conter o formulário da Nota Fiscal Avulsa preenchido e a foto de um documento comprobatório. O formulário pode ser acessado no site da Sefaz, no endereço www.sefaz.salvador.ba.gov.br, na aba de Serviços > Demais serviços > Nota Fiscal Avulsa > Formulário de Nota Fiscal Avulsa. Após envio, será emitido um Documento de Arrecadação Municipal (DAM) e, depois de pago, a nota será emitida. O prazo bancário é entre 24h e 48h.

O prazo de resposta para as demandas é de 72 horas, exceto aos finais de semana. Vale destacar que é necessário especificar o assunto no título do e-mail em caso de urgência. Alguns serviços estão sendo feitos exclusivamente por e-mail. Além da emissão de Nota Fiscal Avulsa, a certidão positiva e positiva com efeito negativo; 2º via de tributos municipais; desbloqueio de senha web; atualização de email/senha web; e consulta do andamento de cadastro sincronizado (Sefaz Municipal).

Veículo: Bahia.BA	
Data: 20.05.2021	Caderno: Economia

Publicado em 20/05/2021 às 10h03.

Brasil recebe mais de 600 mil doses da vacina da Pfizer contra o coronavírus

Com novo lote, a farmacêutica concluiu a entrega de 2,8 milhões de imunizantes de um total de 200 milhões de doses

O Brasil recebeu um lote com 629 mil doses da vacina da Pfizer contra o coronavírus, nesta quarta-feira (19), em um carregamento no Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP). Com isso, a farmacêutica já concluiu a entrega de 2,8 milhões de imunizantes de um total de 200 milhões de doses.

As vacinas serão distribuídas para todo o país a partir do Centro de Distribuição do Ministério da Saúde, em Guarulhos (SP). A expectativa é que sejam distribuídas 32,9 milhões de doses, sendo 20,5 milhões da Oxford/AstraZeneca, pela Fiocruz, 3,9 milhões da Oxford/AstraZeneca do consórcio Covax Facility, 5 milhões da Coronavac e 842 mil da Pfizer pelo Covax Facility.

Brasileiros já pagaram mais de R\$ 1 trilhão em impostos este ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

Os brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em tributos arrecadados desde o 1º dia do ano de 2021 pelos governos federal, estaduais e municipais, de acordo com o que registra o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Essa marca foi atingida às 7h53 de hoje (19). Entraram na conta impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária.

Segundo as informações da ACSP, no ano passado esse valor foi superado no dia 27 de junho e em 2019, em 24 de maio. "O índice, portanto, aponta que os contribuintes brasileiros devem pagar mais dinheiro para os cofres públicos neste ano do que pagaram em 2020 e, até mesmo, em 2019, época sem pandemia".

De acordo com a análise da ACSP, o aumento da inflação no período, comparada com as elevações de

preços de produtos registradas anteriormente, a desvalorização do real frente ao dólar e o crescimento da economia em alguns setores como os relacionados ao aumento das importações, à indústria, à saúde, aos grandes varejistas e ao comércio considerado não essencial foram os fatores que contribuíram para essa marca. Também determinaram esse valor o aumento das compras online e pedidos de delivery.

Segundo o economista-chefe da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, várias prestações de serviços e o comércio estão sendo muito afetados na pandemia, mas atividades que geram muitos impostos também cresceram bastante. "Alguns exemplos são as exportações, que estão em alta, e o montante das vendas em supermercados que, além de estar muito elevado, ainda proporciona maior **arrecadação** por conta dos preços dos produtos que vêm subindo".

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, de 2016 a 2019, os brasileiros tiveram de trabalhar 153 dias para pagar impostos. No ano passado, foram 151.

O Impostômetro foi implantado em 2005 pela ACSP para conscientizar os brasileiros sobre a alta carga tributária e incentivá-los a cobrar os governos por serviços públicos de mais qualidade. Está localizado na sede da entidade, na região central da capital paulista.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19/05/2021	Caderno: Economia



O fim da saga do PIS e Cofins sobre ICMS. Mas, será mesmo o fim?

Flávio Augusto Dumont Prado*

19 de maio de 2021 | 08h00

Flávio Augusto Dumont Prado. FOTO: DIVULGAÇÃO

Na quinta-feira, dia 13/5/2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, em sede de Embargos de Declaração, o julgamento da questão da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Tema 69 de Repercussão Geral).

Tal como nos manifestamos enfaticamente em todas as oportunidades anteriores em que escrevemos a respeito, inclusive aqui neste honroso veículo do **Estadão**^[1], o STF concluiu, como não poderia deixar de ser, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o ICMS destacado na nota fiscal. Apesar de toda a confusão intencionalmente criada para tentar desvirtuar o assunto, ficou definitivamente claro o que nunca poderia ter sido dúvida: se é o ICMS destacado o que incide na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo esta cobrança considerada inconstitucional, então não há outra conclusão possível que não seja retirar este ICMS destacado da base de cálculo das contribuições.

Mas, o que veio de forma totalmente inesperada foi a modulação dos efeitos dessa decisão: o STF reconheceu a inconstitucionalidade da cobrança, com efeitos para todos, apenas após 15/3/2017. Para o período anterior a 15/3/2017, apenas ficaram preservados os efeitos da inconstitucionalidade da exigência para aqueles que já tinham ações judiciais ou pedidos administrativos anteriores a essa data, buscando o respectivo reconhecimento dessa inconstitucionalidade.

O acórdão do STF que julgou os Embargos de Declaração ainda não foi publicado, mas espera-se que a Ministra Cármen Lúcia faça constar expressamente do acórdão, tal como nos alertou o Ministro Roberto Barroso, que a preservação dos efeitos da modulação também vale para quem entrou com a ação após 15/03/2017, mas já teve o seu trânsito em julgado confirmado pelo Poder Judiciário.

A importância dessa menção expressa não se deve a eventual receio dos contribuintes quanto à ausência de garantia para aqueles que já tiveram o seu trânsito em julgado assegurado, mesmo que em ações propostas posteriormente a 15 de março de 2017. A grande importância disso é evitar mais um contencioso absurdo e desnecessário, cujos resultados serão, novamente, totalmente contrários aos interesses da União Federal.

A segurança que temos para fazer essa afirmação, sem entrar no mérito das garantias processuais e jurisprudenciais aplicáveis a uma situação semelhante, baseia-se apenas no mais óbvio e elementar raciocínio: se o STF modulou os efeitos de sua decisão preservando o direito daqueles que buscaram – reforça-se, buscaram – a proteção judicial até 15/03/2017, não se pode nem minimamente imaginar que na interpretação do STF essa garantia não se aplique igualmente – ou talvez até com mais razão ainda – a quem já teve a tutela jurisdicional integralmente concedida à parte litigante, tutela esta já definitivamente acobertada pela coisa julgada, cláusula pétrea constitucional.

Apenas para não deixar de apresentar argumentos processuais nesse breve artigo, é importante aqui registrar que qualquer tentativa de ação rescisória por parte da União, além de não encontrar nem de longe qualquer base processual, especialmente à luz das restritivas hipóteses previstas no art. 966 do CPC/15, colidiria de frente com a Súmula 343 do STF, cuja aplicação às questões constitucionais foi recentemente reconhecida pelo Tema 136, complementado, no que aqui nos importa, pelo Tema 733, ambos de Repercussão Geral.

Agora, apenas para finalizar, resta fazer a seguinte e última observação, tão-somente para já repelir qualquer eventual tentativa da RFB a respeito: caso a União, à revelia do que foi acima tratado e do mais comezinho senso de justiça, pretenda litigar contra os contribuintes que já obtiveram trânsito em julgado nas ações judiciais por eles

propostas após 15/03/2017, o único caminho possível seria a propositura de ações rescisórias (Tema 733 de Repercussão Geral), assumindo com isso todos os riscos da sucumbência devida na provável improcedência da ação rescisória. Ou seja, temos esperança de que não seja nem mesmo imaginável por parte da RFB a glosa dos créditos da compensação de contribuintes nessa situação, pois os fiscais estariam, sem quaisquer poderes para isso, simplesmente negando cumprimento a uma decisão judicial já transitada em julgado.

Cientes de como a União lidou com esse tema ao longo desses últimos quatro anos, não seria de surpreender a possível constatação de que essa saga ainda não chegou ao fim. O que nos conforta é a convicção de que o final da saga será, como não pode deixar de ser, a preservação dos direitos dos contribuintes já tutelados pelo Poder Judiciário, com a definitiva formação da coisa julgada, cláusula pétrea constitucional.

***Flávio Augusto Dumont Prado, sócio do escritório Gaia Silva Gaede Advogados**

[1] Desmitificando os mitos – Exclusão do ICMS no cálculo do PIS e COFINS (<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/desmitificando-os-mitos-exclusao-do-icms-no-calculo-do-pis-cofins/>), em 15/2/2020

Desmitificando mais um mito – a saga do PIS e da Cofins sobre o ICMS continua (<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/desmitificando-mais-um-mito-a-saga-do-pis-e-da-cofins-sobre-o-icms-continua/>), em 19/1/2021

saúde

Sete estados têm 90% das UTIs ocupadas

Mesmo com situação crítica de leitos, maior parte das unidades federativas alivia restrições no controle da pandemia

SALVADOR, CURITIBA, RECIFE, PORTO ALEGRE, SÃO PAULO, RIBEIRÃO PRETO E RIO DE JANEIRO Em meio a medidas de flexibilização de atividades econômicas, retomada das aulas presenciais e vacinação avançando a passos lentos, 17 estados voltaram a registrar crescimento na ocupação dos leitos de terapia intensiva para Covid-19. Sete estados permanecem em situação crítica, com uma ocupação acima de 90% dos leitos: Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina, Piauí e Sergipe. Entre as capitais, nove têm ocupação acima de 90%.

Mesmo com índices alarmantes, ainda não há um movimento nos estados para ampliar restrições e conter a curva da disseminação do vírus. Ao contrário: parte dos governadores ampliou a flexibilização argumentando que há estabilidade nos índices de contágio e de ocupação de leitos.

Foi o que aconteceu em Santa Catarina, que registrava 93% das 1.077 vagas ocupadas, além de outras 43 pessoas na fila, na segunda-feira (17). O governador Carlos Moisés (PSL) emitiu na segunda um novo decreto que flexibilizou regras, aumentando a faixa de horário de funcionamento de setores do comércio e de serviços.

O Ceará, cuja taxa de ocupação de leitos de UTI oscilou de 92% para 93%, foi na mesma direção. Mesmo com índices em patamar bastante elevado, o governador Camilo Santana (PT) ampliou a retomada das atividades em Fortaleza e em cidades da região norte do estado.

"A taxa de transmissão, que é quanto cada indivíduo é capaz de transmitir o vírus, já está se mantendo estável", disse o secretário de Saúde do Ceará, Carlos Roberto Martins. No Piauí, o cenário é o semelhante. O estado registra uma ocupação de 91% dos leitos de UTI para Covid-19. Mesmo assim, o governador Wellington Dias (PT) emitiu no último domingo (16) um novo decreto com a flexibilização de atividades.

Outro estado em situação crítica, o Rio Grande do Norte, atingiu uma taxa de ocupação de 95% das UTIs. Um decreto publicado em 12 de maio manteve o toque de recolher das 22h às 5h, mas flexibilizou atividades escolares e liberou eventos corporativos.

A Bahia, que está com 84% das UTIs ocupadas, vem registrando um avanço no número de pacientes graves desde as medidas de flexibilização adotadas em 5 de maio.

A principal delas foi a autorização da venda de bebidas alcoólicas durante os fins de semana, que haviam sido suspensas por mais de um mês. Secretários municipais ouvindo pela Folha afirmaram que esta foi uma das medidas que melhor funcionaram para frear a disseminação do vírus.

A expectativa é de retomada de parte das restrições. O governador Rui Costa (PT) já anunciou a suspensão de todos os festejos de São João, além da suspensão do transporte coletivo intermunicipal no período junino.

Em situação crítica, Pernambuco e Paraná estão entre os estados que foram na contramão dos demais e intensificaram medidas restritivas, ao menos nas regiões com maior índice de contágio.

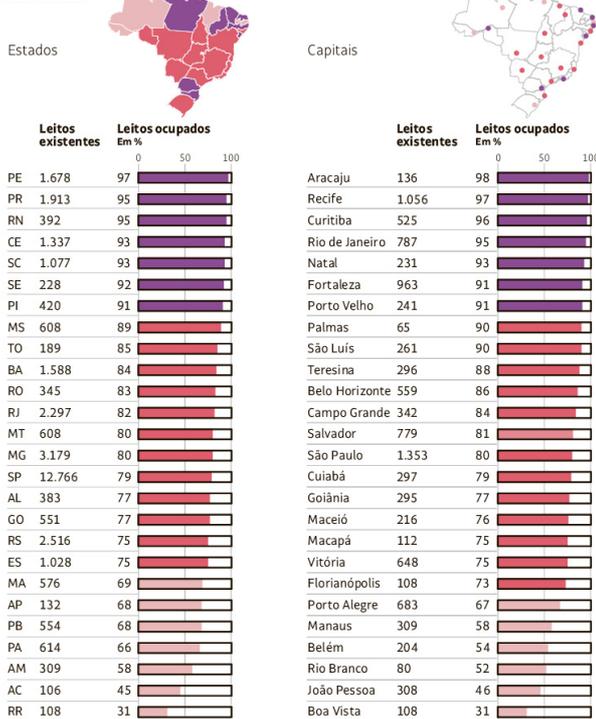
Em Pernambuco, são 1.621 doentes graves internados em UTIs na rede pública estadual e uma ocupação de 97% dos leitos. É o maior número desde o início da pandemia.

No interior, o quadro é ainda pior. Na terça-feira (18), passaram a vigorar novas medidas restritivas no agreste pernambucano. As atividades econômicas só podem funcionar das 5h até as 18h. Nos próximos dois fins de semana, o comércio ficará restrito a atividades essenciais.

"Abrimos 178 leitos de terapia intensiva em sete diferentes unidades de saúde nos municípios de Caruaru, Garanhuns, Bezerros e Gravataí. Infelizmente, desde domingo passado, temos apenas um leito livre", disse o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB).

Sete estados têm mais de 90% dos leitos de UTI ocupados

Em 17. mai, nas redes estaduais*



BA, CE, RJ, MG, RN, AL e SE incluem leitos estaduais, municipais e federais; PE e Teresina incluem leitos públicos e privados; RS e Porto Alegre contabilizam todos os leitos, e não apenas os para Covid-19; João Pessoa, Natal, Recife e Vitória consideram região metropolitana; Belém considera a região metropolitana e a região de saúde; Tocantins e Cuiabá também considera a Baixada; Fontes: Governos estaduais e prefeituras

No Paraná, o governador Ratinho Jr. (PSD) editou na segunda-feira um decreto aumentando as restrições, que estavam mais leves desde 30 de abril. O funcionamento de atividades não essenciais aos domingos foi proibido e o toque de recolher foi adiantado em uma hora, passando a ser das 22h às 5h.

O estado tem uma ocupação de 95% das vagas para pacientes graves, e em 38 hospitais todos os leitos para Covid-19 estão ocupados. A fila por UTIs mais do que duplicou em 15 dias, passando de 140 para 361 pacientes.

Regras mais rígidas de circulação também eram esperadas em Curitiba, onde 96%

das UTIs estão ocupadas e 96 pacientes aguardavam por leitos na segunda — 50% mais do que o registrado na semana passada. Porém, na terça, a prefeitura manteve a bandeira laranja, com restrições médias sobre a pandemia.

Os estados do Centro-Oeste registram tendência de crescimento na ocupação de leitos

para pacientes com Covid-19, sendo que Mato Grosso do Sul enfrenta o pior cenário.

O estado atingiu o patamar de 89% na ocupação das UTIs e tem 145 pacientes na fila, mais que o dobro do registrado na semana passada.

Goias registra uma ocupação de 77% dos leitos. Na capital, Goiânia, onde um decreto do fim de abril permitiu o funcionamento de bares e academias, a ocupação saltou de 63% para 77% no intervalo de uma semana.

Em Mato Grosso, a ocupação de leitos para pacientes graves segue em alta e atingiu 80%. Na semana passada, o governador Mauro Mendes (DEM) autorizou a realização de eventos esportivos, corporativos e sociais, desde que com público de 50% da capacidade do local.

Em Sinop, quarta maior cidade do estado, a Justiça suspendeu toque de recolher e restrições no horário de funcionamento do comércio.

Entre os estados do Sudeste, Minas Gerais enfrenta pressão no sistema de saúde — a taxa de ocupação de leitos de UTI chegou a 79%. Em Belo Horizonte, menos de um mês depois da reabertura de shoppings, bares e restaurantes, a ocupação subiu para 86%.

No estado de São Paulo, após um mês em queda, a taxa de ocupação de leitos de UTI ficou estagnada e na segunda-feira voltou a apresentar sinais de crescimento. Há sete dias, 9.970 leitos na terapia intensiva estavam ocupados. Na segunda, esse número alcançou 10.078.

Doze das 22 diretorias regionais de Saúde do estado já apresentam taxas de ocupação acima de 90%. O município de Araraquara, que implantou isolamento severo entre 21 de fevereiro e 2 de março e viu seus números de casos, óbitos e internações despencarem, registrou 95% de ocupação nas UTIs.

João Pedro Pitomado, Katma Baran, João Valadares, Fernanda Canofre, Priscila Pasquini, Marcelo Toledo e Júlia Barbon

Farras clandestinas agravam Covid no interior de SP

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO A última sexta-feira (14) deveria ter sido mais um dia normal de trabalho para fiscais que atuam no combate a festas clandestinas em Franca (a 400 km de São Paulo). Mas não foi.

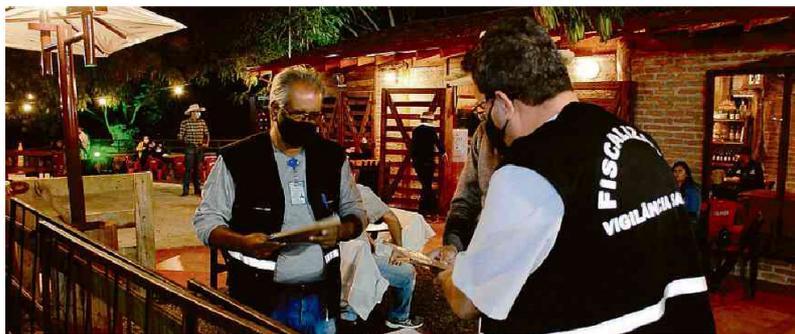
Ao chegarem a um bar aberto de forma irregular à noite, os fiscais foram recebidos por xingamentos de uma pessoa exaltada que tinha uma arma de fogo nas mãos.

Enquanto os casos de internações e mortes por Covid-19 crescem, cada vez mais baladas clandestinas frequentadas por jovens com idades entre 18 e 30 anos e em chácaras têm sido descobertas e interrompidas no interior e no litoral de São Paulo.

No caso de Franca, por sorte dos fiscais a arma foi guardada, mas os xingamentos recebidos já fazem parte do cotidiano deles, que só no último final de semana interditarão oito bares e restaurantes e uma festa clandestina.

"Agressão verbal é rotina, sempre acontece. Nossas denúncias têm sido de festas com 200, 300 pessoas, normalmente público jovem, adolescente entre 18 e 30 anos", disse Mariele Toscano, responsável pelas Vigilâncias Sanitária e Ambiental da Secretaria da Saúde de Franca.

Enquanto os jovens fazem festas, a rede pública de saúde enfrenta colapso. Os 59 le-



Fiscais da Prefeitura de Franca em ação para suspender festa clandestina. Divulgação/Prefeitura de Franca

tos de UTI em Franca estão em uso, assim como 60 das 62 vagas em enfermarias.

A Covid já matou 558 pessoas na cidade, num universo de 27.330 casos confirmados. O prefeito Alexandre Ferreira (MDB) anunciou, na terça (18), novas restrições, que incluem o fechamento do comércio e dos shoppings e a proibição de atendimento presencial em restaurantes e bares.

Por serem festas normalmente em chácaras, órgãos de fiscalização dependem de denúncias, diferentemente da área urbana, vistoriada com mais facilidade. Mesmo assim, no domingo (16) uma festa com 200 pessoas numa

área de lazer foi visitada pela Patrulha Covid, nome dado ao grupo criado pelo prefeito para ampliar as fiscalizações.

Em Pirassununga, as fiscalizações interromperam 13 festas nos últimos três meses — entre março do ano passado e fevereiro haviam sido 10, segundo a Secretaria da Segurança Pública.

Dos 7.100 casos confirmados de Covid na cidade, 4.443 são de pessoas entre 20 e 49 anos. Em Guarujá, a diretoria de força-tarefa que fiscaliza aglomerações e festas clandestinas multou o organizador do "baile do fundão", na Vila Zilda, no último sábado (15). As pessoas foram dispersa-

das, e um comércio local também foi fechado. Uma multa de R\$ 22 mil foi aplicada.

A fiscalização também tem tido trabalho em Barretos, onde 82 festas familiares foram encerradas nos três últimos fins de semana. Além disso, houve interdição de um estabelecimento, e 3 eventos clandestinos foram autuados.

Entre os 49 internados na UTI do Hospital Nossa Senhora nesta quarta (19), 17 tinham menos de 50 anos. Dos 10 pacientes no AME, 4 também estão abaixo dessa faixa etária. Em Suzano, 157 jovens estavam numa festa de música eletrônica regada a drogas e com aglomeração na madru-

gada de domingo. A festa rolava solta numa chácara no Jardim da Saúde quando policiais, guardas municipais e agentes da Vigilância Sanitária e do Procon chegaram e encontraram 140 comprimidos de ecstasy, 107 porções de cocaína, 37 frascos de lança-perfume e 23 unidades de LSD.

A Prefeitura de Campinas iniciou na segunda-feira (17) a aplicação de multas a donos de imóveis onde ocorrem festas clandestinas com finalidade comercial, além de organizadores e frequentadores. Quem ceder o imóvel será multado em R\$ 18,9 mil, mesmo valor aplicado ao organi-

zador. Cada frequentador pagará multa de R\$ 1,1 mil.

Em Jundiaí, na madrugada de domingo, uma festa que cobrava ingresso e tinha shows com mais de 200 pessoas foi interrompida.

Dois festas clandestinas também foram interrompidas no final de semana em São José dos Campos, numa chácara na Vila São Bento e no Bairrinho.

Em Araraquara, festas clandestinas e até mesmo jogos de futebol com aglomerações têm sido alvo da fiscalização. Apenas nos últimos três finais de semana, foram fiscalizadas cerca de 150 residências, áreas de lazer, chácaras, bares, restaurantes e campos de futebol na cidade.

Uma área próxima ao residencial Monte Carlos abriga uma festa que estava sendo convocada por redes sociais e foi barrada pela Guarda Municipal e Polícia Militar. A cidade teve de adotar lockdown em fevereiro por conta da explosão de casos e mortes provocadas pelo coronavírus, sobretudo em jovens. Seis em cada dez casos da doença nos últimos meses atingiram pessoas de 20 a 49 anos.

A Prefeitura criou uma gratificação que pode chegar a R\$ 1.216 por mês para incentivar fiscais. Há uma tabela de pontuação para cada tipo de irregularidade: fiscalização vale 1,5 ponto e surpreender pessoa sem máscara nas ruas vale 2 pontos. Se chegar a 1.216 no mês, ele terá R\$ 1.216 a mais no salário.

Mato Grosso equilibra contas e acelera investimentos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Depois de herdar R\$ 3,5 bilhões em restos a pagar da gestão anterior, o Governo de Mato Grosso conseguiu aprovar uma Lei de Responsabilidade Fiscal estadual mais severa que a nacional, promoveu um ajuste fiscal, cortou despesas e incentivos, e, em 2020, registrou superávit de R\$ 3,9 bilhões nas contas públicas, com as receitas em ascensão e estabilidade nas despesas.

'O estado estava numa condição pré-falimentar, com falta de recursos em caixa e crescimento desordenado de despesas obrigatórias, principalmente com pessoal da ativa e inativos', disse o secretário da Fazenda de MT, Rogério Gallo. A nova lei retirou verbas eventuais do conceito de 'receita corrente líquida'. A legislação federal limita os gastos com pessoal a 49% do total, mas a inclusão de recursos não recorrentes no bolo infla o montante artificialmente.

Em outras frentes, o Governo alongou dívidas que tinha com o Bank of America e o Banco Mundial e extinguiu

benefícios fiscais que representavam enormes perdas de **arrecadação** de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo estadual.

Com isso, a **arrecadação** tributária do estado cresceu 12,1% de 2019 para 2020. Só o ICMS registrou um avanço de 13,4%. As despesas, no entanto, aumentaram apenas 0,2%. Foi possível quitar os restos a pagar e melhorar a liquidez. Isso está permitindo que o estado realize investimentos considerados históricos.

'O ajuste fiscal não pode ser um fim em si mesmo, mas garante saúde financeira para gerar valor para a sociedade', observou Gallo.

Na área da saúde, dos R\$ 640 milhões destinados ao combate à pandemia de Covid-19, apenas R\$ 270 milhões foram repassados pelo Governo Federal, o resto veio do estado.

No setor da educação, cerca de 95% do orçamento estava comprometido com a folha de pagamentos. Foram eliminadas classes que tinham poucos alunos e integradas a outras, houve enxugamento no quadro de servidores comissionados e ainda a contratação de professores temporários.

Assim, o estado pode repassar recursos para os 15 mil professores comprarem notebooks para que pudessem dar aulas online durante a pandemia, deu auxílio financeiro para eles contratarem pacotes de dados e comprou material didático. A administração vai instalar

ar-condicionado na metade das escolas estaduais que não têm aparelhos.

'Temos ainda um programa de inclusão digital de alunos de baixa renda', declarou Gallo. 'E pudemos fazer um programa de transferência de renda', destacou. De maio a outubro, 100 mil famílias com renda per capita abaixo de R\$ 89 vão receber R\$ 150 durante 5 meses.

INCENTIVOS FISCAIS

Na seara dos incentivos fiscais, os benefícios concedidos pelo estado passaram a se concentrar em desenvolvimento industrial e foi registrado um aumento de 15% no número de empresas do setor instaladas em Mato Grosso.

'A melhora do desempenho financeiro do estado possibilitou ao Governo lançar o Programa Mais MT, que somente para a infraestrutura e logística estima investir R\$ 4,7 bilhões nos quatro anos de gestão', acrescentou o secretário de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso, Marcelo de Oliveira e Silva.?

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação



Trâmite. Deputados aprovam MP de privatização da Eletrobras. Texto precisa ser analisado até o dia 22 de junho nas duas Casas para não perder a validade. Governo quer concluir operação até o início de 2022

PRIVATIZAÇÃO

CÂMARA APROVA MP DA ELETROBRAS

Para analistas, mudanças feitas pelo relator podem encarecer a conta de luz

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@b3b.oglobo.com.br
BRASILIA

Uma vitória para a agenda de privatizações defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras, com 313 votos a favor do projeto, 166 contrários e cinco abstenções. Os destaques ao texto foram rejeitados. O projeto seguirá agora para o Senado.

A votação ocorreu após o relator do projeto, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), alterar os pontos do parecer que o governo conside-

rava que poderiam inviabilizar a operação. O parlamentar, no entanto, manteve outros trechos que, na avaliação de especialistas e técnicos do Executivo, podem encarecer a conta de luz.

A privatização da Eletrobras é necessária para retomar a capacidade de investimentos da empresa, que vem perdendo participação no mercado nos últimos anos.

O governo tem pressa para votar a MP, que precisa ser analisada até o dia 22 de junho nas duas Casas para não perder a validade. A medida tem força de lei desde 23 de fevereiro, quando foi editada, mas a privatização só pode ocorrer

depois que o Congresso confirmar a sua validade.

A expectativa dos ministros da Economia e de Minas e Energia é fazer a privatização da maior empresa de energia do país entre o fim deste ano e início de 2022.

USO DE TERMELÉTRICAS

A MP foi aprovada depois de uma forte obstrução de deputados da oposição, que foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a votação. Eles alegam que a MP deveria ter sido discutida numa comissão especial antes de seguir para o plenário. À noite, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, negou o pedido. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL),



“Nós temos bilhões para conservação de bacias hidrográficas, melhoria na qualidade dos reservatórios. Portanto, mais energia gerada e menor custo para o consumidor”

Ricardo Barros,
líder do governo na Câmara

lembrou que desde o ano passado as MPs são votadas direto no plenário, já que as atividades da Casa estão sendo feitas de modo semipresen-

cial, sem comissões para análise de MPs.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), argumentou que o texto fora apresentado há 24 horas e que o prazo era curto para analisar a privatização da empresa dada a sua participação no mercado e o seu papel para a segurança energética do país.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), defendeu a votação da medida:

— Nós temos bilhões para conservação de bacias hidrográficas, melhoria na qualidade dos reservatórios. Portanto, mais energia gerada e menor custo para o consumidor. A empresa não

está sendo vendida para esse ou aquele proprietário, ela se transformará numa corporação.

Um dos trechos polêmicos do projeto na avaliação de analistas, sem relação com a privatização, prevê que o governo deverá fazer um leilão para contratar 6 mil megawatts de energia gerada por usinas termelétricas movidas a gás nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste até o fim do ano.

O ponto crítico para o mercado é que o texto do relator fixa em lei locais pré-determinados para a construção das usinas, tendo ou não infraestrutura de transporte de gás no entorno. A medida causa preocupação pelo risco de indicações políticas para determinar o local das termelétricas e pelo custo elevado de instalação de gasodutos. A despesa com a construção de infraestrutura recai sobre o consumidor.

IMPACTO DE ATÉ R\$ 20 BI

No texto original, a construção de termelétricas era condicionante para a privatização. No texto final, ela não tem mais vínculo com a privatização, mas mantém o caráter de exigência.

Segundo fontes próximas ao governo, as perdas foram mitigadas com a definição de um preço para contratação da energia no texto, o que impediria que projetos com baixíssima viabilidade econômica fossem adiante.

O texto também obriga a contratação de pequenas centrais hidrelétricas (até 2026) e a renovação de contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) por 20 anos. A energia gerada pelas usinas do Proinfa é mais cara que outras alternativas das mesmas fontes, com a conta sendo paga também pelo consumidor.

A Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace) afirma que a contratação de termelétricas em quantidades e locais já definidos, sem suporte e estudo técnico, pode resultar no aumento de custo a todos os consumidores em R\$ 20 bilhões ao ano. Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil, afirma que essa conta chegará ao consumidor:

— Amarrar, fazer o planejamento da expansão da geração, de forma predefinida por um legislador, e não pela eficiência da matriz, é certeza que vai gerar problemas sérios para o futuro. A ineficiência sempre redundará em custos elevados.

Indústria se queixa de não ter acesso a benefício na venda

Modelo de privatização prevê que R\$ 25 bi sejam destinados a superfundo do setor elétrico para reduzir custo do consumo residencial

BRASILIA

O modelo de privatização da Eletrobras prevê a emissão de novas ações que serão vendidas no mercado. Com isso, a fatia da União cai de cerca de 60% para menos de 50%. A previsão é que a capitalização levante mais de R\$ 60 bilhões.

Do total, a expectativa é arrecadar R\$ 25 bilhões para o Tesouro. Outros R\$ 25 bilhões serão destinados para a Conta de Desenvolvimento Energé-

tico (CDE), um superfundo do setor elétrico que destina recursos para políticas públicas. O objetivo da medida é tentar reduzir as contas de luz. O relator estabeleceu que apenas os consumidores de pequeno porte, como residenciais, terão acesso ao benefício, o que foi alvo de protesto de grandes consumidores de energia, principalmente a indústria.

— Isso será um foco de judicialização certamente, pela falta de isonomia. É medida

populista, que desorganiza o mercado — disse Reginaldo Medeiros, da associação dos comercializadores de energia.

O relator, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), defendeu o seu relatório. Ele disse que todas as mudanças tiveram o objetivo de evitar aumentos na conta de luz.

— Todas as propostas visam à modicidade da tarifa (busca pelo patamar viável a menor preço), com o direcionamento da CDE para os consumi-

dores residenciais — afirmou. Será preciso criar outra estatal para abrigar as usinas nucleares de Angra e a hidrelétrica de Itaipu, que não podem ser privatizadas.

O relator determinou que o saldo financeiro da energia vendida por Itaipu a partir de 2023 (quando termina o período de pagamento do empréstimo de construção da obra) será dividido de forma que 75% sejam usados para abater encargos nas contas de luz e

25% para programas de transferência de renda do governo.

Pelo texto, todos os trabalhadores demitidos até um ano depois da privatização terão o direito de converter o valor da sua rescisão em ações da nova empresa pelo valor equivalente ao de 5 dias antes da data da emissão da medida provisória. Além disso, o governo poderá aproveitar os funcionários da Eletrobras em outra estatal.

— Entendemos que qualquer avanço dependerá de um

processo exitoso de desestatização — disse Nascimento.

A Eletrobras privada terá de pagar R\$ 3,5 bilhões em dez anos para a revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e R\$ 2,3 bilhões em uma década para a revitalização das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, subsidiária da Eletrobras com forte atuação em Minas Gerais. O recurso será gerido por um comitê ligado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Será preciso desembolsar R\$ 2,95 bilhões por dez anos para a “redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal”.

Criptomoedas perdem US\$ 638 bilhões de valor em uma semana

NOVA YORK E LONDRES

O bitcoin e outras criptomoedas perderam US\$ 638 bilhões em valor em apenas uma semana e estão recuando de forma tão acentuada que analistas já se perguntam quanto vai durar o boom do dinheiro virtual nos mercados.

Desde o dia 7 de maio, as moedas digitais já perderam US\$

1 trilhão de seu valor —um patamar que se aproxima do PIB (Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços produzidos) do Brasil, que está em cerca de US\$ 1,4 trilhão.

O bitcoin e o ether, as duas principais moedas digitais, derreteram ontem influenciadas por um clima de aversão a risco e chegaram a registrar quedas de 30% e 45%, respec-

tivamente. Durante a tarde, porém, os ativos reduziram significativamente suas perdas, após dois de seus maiores apoiadores, o presidente executivo da Tesla, Elon Musk, e a presidente da Ark Invest, Cathie Wood, reiteraram seu apoio ao bitcoin.

Durante o dia, o bitcoin atingiu seu menor valor desde fevereiro deste ano, com a míni-

ma de US\$ 30.066, menos da metade da máxima histórica de US\$ 64.829 alcançada no mês passado.

Após as criptomoedas começaram a despencar, Musk fez publicações no Twitter indicando que a Tesla não iria vender seus bitcoins.

As causas do tombo são várias. Entre elas, estão as críticas de Musk ao impacto am-

biental com o uso de energia para minerar bitcoin. Após investir mais de US\$ 1,5 bilhão na moeda, ele disse que não vai mais aceitá-la na compra de seus carros elétricos. A China também decidiu proibir instituições financeiras de fornecerem serviços de criptomoeda.

Somado a isso, estão as sinalizações do Federal Reser-

ve (Fed, o Banco Central americano) de que a retirada de estímulos econômicos e a alta dos juros nos Estados Unidos podem ocorrer antes do que o mercado esperava, reduzindo o apetite por risco.

Ficar abaixo da marca de US\$ 40 mil é uma fronteira crítica para o bitcoin, e agora um declínio para menos de US\$ 30 mil não está fora de questão, escreveu em nota a investidores Jeffrey Halley, analista de mercado da corretora Oanda.

Com início de ano melhor que o previsto, projeção do PIB sobe

Expectativa está mais próxima de 4% e sem recessão técnica. Mas há riscos com ameaça de 3ª onda da Covid e vacinação lenta

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Há quatro semanas, o Boletim Focus, que traz previsões de mais de cem bancos e consultorias recolhidas pelo Banco Central, vem mostrando melhora na previsão do PIB deste ano. Subiu nesse período de 3,04% para 3,21%. Os números do primeiro trimestre surpreenderam, mesmo com as restrições impostas à atividade econômica em março com a segunda onda da Covid-19. E já há um conjunto de bancos que prevê alta próxima de 4% e até maior para 2021.

João Leal, economista da Rio Bravo Investimentos, não pro-

jeta qualquer queda no PIB trimestral este ano. No fim de 2020, temia-se que o Brasil entraria em recessão técnica (dois trimestres seguidos de queda na comparação com os três meses anteriores), mas esse receio foi afastado pelos números de janeiro e fevereiro:

—No início do ano, começamos a ver uma reabertura muita ampla da economia, praticamente a vida voltou ao normal, o que deu um impulso forte em janeiro e fevereiro. Revisamos nossa previsão de 3,2% para 4%, com viés de alta, podendo chegar a 4,5%

E a queda em março não foi tão forte quanto se esperava. As estimativas para o varejo

eram de retração de até 10% no mês. Mas o resultado apresentado pelo IBGE foi bem melhor. Limitou-se a 0,6% e, quando incluídas as vendas de carros e de material de construção, ficou em 5,3%.

SERVIÇOS AINDA FRACOS

Mesmo assim, os serviços, os mais afetados pelo fechamento das atividades para combater a pandemia, estão patinando. Seu ritmo está inferior a fevereiro de 2020, depois da queda de 4% em março. Mas já foi constatada recuperação do setor em abril, segundo o Itaú Unibanco, que aumentou sua expectativa para economia este ano de 3,8% para 4%.



Mais forte. Setor petroquímico de Mauá, em SP: atividade econômica reage, mas 3ª onda de Covid pode inibir crescimento

Na MB Associados, correções para cima também foram feitas. A previsão para o PIB passou de 2,6% para 3,2%.

—As pessoas não tinham o auxílio emergencial, precisavam trabalhar. Depois de um ano de crise profunda, as famílias não tinham mais recursos disponíveis. Não se fez *lockdown* na segunda onda, permitindo que as pessoas circulassem livremente, e a atividade continuou bem. Mas trouxe o risco de terceira onda, que é difícil que não aconteça — co-

menta Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Os índices de mobilidade voltaram aos níveis de fevereiro, ajudando a atividade econômica, mas trazendo mais risco de uma terceira onda. E a vacinação ficou mais lenta.

Para Leal, o segundo trimestre também não deve ser negativo, como se acreditava no fim de 2020. A volta do auxílio emergencial e do programa de manutenção do emprego e a antecipação do 13º salário de aposentados tendem a favore-

cer a atividade, reduzindo a queda esperada no trimestre.

A LCA Consultores, que também está recalculando suas estimativas, prevê agora um crescimento de 4% do PIB este ano. Até março, esperava alta de 2,8%.

—Os resultados trouxeram forte surpresa positiva no primeiro trimestre. Isso, somado à melhora das expectativas econômicas globais, está nos levando a promover esta revisão — afirma Thais Zara, economista da LCA Consultores



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

Economia acelera, mas renda do trabalho patina

Secretaria de Política Econômica projeta para este ano queda de 0,45% na população ocupada com carteira assinada e de 2,4% na renda real dos trabalhadores

20/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Apesar da projeção mais alta de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB), a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia projeta números piores para o mercado de trabalho neste ano. O cenário é de uma queda na população ocupada com carteira assinada de 0,45% e, na renda real dos trabalhadores, recuo de 2,4%.

Os números, baseados na Pnad Contínua do IBGE, compõem a grade de parâmetros econômicos que o governo utiliza para a cada bimestre projetar receitas e despesas. E, nesse caso, são piores do que a SPE trabalhava em março - quando previa alta de 2% na população ocupada e queda de 1,7% na renda real.

Cenário da SPE para este ano é de queda de emprego e renda

O subsecretário de Política Macroeconômica da pasta, Fausto Vieira, explicou ao **Valor** que os números mais baixos refletem os dados realizados até o momento, mas não significam que não há recuperação do mercado de trabalho. “Os dados são uma média do ano, que tem números [realizados] mais baixos, mas existe uma tendência de recuperação e isso é muito claro na grade de parâmetros”, disse.

Para ele, as estimativas não permitem dizer que a expansão mais forte do PIB (prevista em 3,5% para 2021) não afetará renda e empregos positivamente. “O crescimento está impactando, sim, tanto a renda como a população ocupada com carteira assinada. Mas a recuperação, como aqui a gente está olhando a média do ano, tem indicação de ser mais lenta”, afirmou.

Vieira chama a atenção ainda para uma questão estatística, na dinâmica esperada da renda, e que evidenciaria uma retomada nas contratações. No ano passado, mesmo com cortes de vagas, a renda média real aumentou 2,7% porque as demissões ocorreram em postos de menores salários. Em 2021, com as contratações voltando a acontecer, estaria havendo o efeito inverso.

A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, reconhece o efeito estatístico, mas aponta que desde a segunda metade de 2020 a recuperação da atividade econômica tem sido mais intensa do que a do mercado de trabalho. “Essa foi uma discrepância desta crise que a gente vem notando. E o fato de o mercado de trabalho ainda estar com essa capacidade ociosa grande é fonte de preocupação e risco para o nosso cenário”, disse. “A gente viu a recuperação mais rápida na economia do que no mercado, porque os setores que voltaram mais fortemente são menos intensivos em trabalho.”

Ela está no grupo dos mais otimistas com o crescimento do PIB neste ano e projeta 4,2% de expansão. Porém, destaca que a recuperação do mercado de trabalho está muito relacionada ao andamento da vacinação, que se desacelerou. “Os setores que não voltaram ainda são os mais intensivos em trabalho, como de serviços e serviços às famílias. Na hora que a vacinação avançar um pouco mais e a gente retirar essas restrições, o mercado de trabalho vai voltar rapidamente”, afirmou Rafaela, que projeta queda do nível de desemprego dos atuais 14,4% para 12,3%.

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, destaca que a inflação em alta está afetando negativamente o poder de compra da população. “A renda real está caindo porque a inflação está se acelerando, em especial a do dia a dia das pessoas, alimentos, energia, gás de cozinha. E o emprego sofre com o abalo de muitos setores. Há uma reação, mas não no ritmo necessário”, diz.

Mais pessimista que o mercado, ele enxerga o PIB neste ano crescendo entre 2,5% e 3%, insuficiente para recompor a perda do ano passado. “Não há grande perspectiva de aceleração que geraria fortes contratações”, disse. Lacerda destaca que, com a soma de desalento (pessoa que não procura mais vaga) e subempregos, há um conjunto de mais de 32 milhões de pessoas em situação ruim no mercado de trabalho. “Esse é um dos elementos que impedem retomada mais firme, não há sustentação do consumo.”

Mesmo que haja alguma melhora no próximos meses, o fato é que há muito tempo a economia brasileira tem deixado a desejar para os trabalhadores, a despeito das promessas feitas de milhões de vagas com as reformas trabalhista e a previdenciária. A pandemia, que é um evento que não se podia prever, tornou o

quadro ainda mais dramático. E, para piorar, o governo tem cometido falhas na vacinação. Essa é elemento essencial para a retomada, como a própria SPE frisou na terça-feira.

Assim, cabe insistir na pressão sobre o governo para acelerar a imunização. Bolsonaro, com sua postura errática, custa caro para a saúde do trabalhador e para sua luta por sustento.

Austeridade

O Boletim Macrofiscal e o Panorama Macroeconômico divulgados pela SPE são bons materiais para consulta. Na nova edição, além de projeções, os técnicos apresentaram estimativas sobre o resultado primário estrutural, aquele que tenta limpar da estatística variações fora do padrão na economia e fatores não recorrentes.

O subsecretário de Política Fiscal, Erik Figueiredo, e os técnicos que trabalharam diretamente as contas, Sergio Gadelha e Bernardo de Andrade, detalharam os dados ao **Valor**. Os números apresentados mostram que o governo central teve déficit estrutural de 1,31% do PIB em 2020, resultado melhor do que o 1,64% do PIB de 2019. Foi a quarta redução (contração fiscal) seguida no déficit por essa metodologia.

Ou seja, retirado aquilo que foi imposto pela pandemia, a trajetória de austeridade foi mantida em 2020. Informações mais detalhadas sobre esses números e sua metodologia devem ser divulgadas hoje. Para o setor público como um todo, por causa do desempenho dos Estados e municípios, o déficit estrutural subiu, com estímulo fiscal de 0,17% do PIB.

Especialista em contas públicas e um dos pioneiros no uso dessa metodologia no Brasil, o economista Sergio Gobetti aponta que faz sentido retirar o gasto da pandemia na conta do resultado estrutural. Mas, para calcular o impulso fiscal na economia, não seria o caso. “Do ponto de vista de impulso fiscal, ele está claramente subestimando, porque, como houve esse gasto [da pandemia], é uma despesa efetiva que injetou demanda e compensou a queda do gasto privado”, afirma.

O economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, aponta que seria interessante para o Brasil ter um cálculo mais consensual entre academia, mercado e governo para o resultado estrutural. Isso permitiria um debate público mais claro sobre a política fiscal.

Fabio Graner é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira

E-mail: fabio.graner@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

CI-ACTIVE

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Salvador: Fim das mensalidades, novo rastreador preocupa seguradoras

ACTIVEGPS



COMENTÁRIOS

Desconto incentiva empresa a negociar com União

Adesão vale para empresas que querem ter certeza do resultado, segundo advogado

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

20/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Descontos de até 50% sobre o valor principal, incluindo multas e juros, e precedentes desfavoráveis podem levar o contribuinte a desistir de processos em que discutem cobranças de contribuição previdenciária sobre programas de participação nos lucros e resultados (PLR) e negociar com a Fazenda Nacional. O tema é o primeiro a ser tratado por meio da chamada “transação tributária do contencioso”.

O programa de parcelamento permite a pessoas físicas e jurídicas encerrarem litígios com a União. Os descontos oferecidos, segundo especialistas, chamam a atenção e devem ser levados em conta pelas empresas, além da jurisprudência. A adesão começa em 1º de junho e vai até o fim de agosto.

As empresas são autuadas quando a Receita Federal considera que não cumpriram os requisitos para isentar o PLR da cobrança de contribuição previdenciária, previstos na Lei nº 10.101, de 2000. Algumas dessas condições foram flexibilizadas pela Lei nº 14.020, de 2020. A tese é discutida por bancos e grandes empresas e há casos com valores bilionários.

Desde 2015, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) baixou mais de 320 acórdãos sobre o assunto - a maioria contrário às empresas - e muitos desses devem ir para a Justiça. Segundo tributaristas, porém, muitos casos foram resolvidos com o voto de qualidade (desempate pelo presidente da turma, representante da Fazenda), o que mudou em 2020. Além disso, tenta-se a aplicação retroativa da Lei nº 14.020.

Para o advogado Caio Taniguchi, sócio do escritório TSA Advogados, a lei de 2020 tem caráter retroativo e o fim do voto de qualidade é positivo para as ações administrativas, já que agora os empates favorecem os contribuintes. Ainda segundo o advogado, o tema PLR foi uma escolha muito inteligente da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Taniguchi entende que a adesão vale para empresas que querem ter certeza do resultado - o que não é totalmente possível no contencioso administrativo e judicial - e para quem usou planos de PLR que claramente não cumprem os requisitos da Receita. “Tem que se analisar o risco jurídico e a oportunidade econômica.”

A transação do contencioso inclui duas teses, o PLR de administradores e o de empregados e a jurisprudência delas é diferente, segundo Leandro Cabral e Silva, sócio do escritório Velloza Advogados Associados. No caso dos administradores, a jurisprudência majoritária é desfavorável. No Carf, acrescenta, a maioria é pelo voto de qualidade. “Desde que entrou em vigor a regra de empate a favor foram poucos julgados de PLR”, afirma. No Judiciário também é desfavorável.

No caso da PLR de empregados, diz o advogado, depende de cada caso e das características do plano - se foi assinando com antecedência, entre outros. Mas no Judiciário os precedentes têm sido favoráveis, segundo Cabral, a depender de quando há negociação sobre o plano. “Às vezes até a ausência do sindicato é relativizada para efeitos tributários.”

Ana Carolina Utimati, do Lefosse Advogados, destaca que é importante observar que a adesão implica discussões futuras sobre os pontos da tese que não forem objeto de alteração legislativa ou decisões em repetitivo ou repercussão geral. “A empresa precisa se comprometer e estudar sua chance de êxito”, diz. “Finalmente veio um edital que gera interesse e reflexão pelos clientes.”

Coordenador-geral da representação judicial da Fazenda Nacional, Manoel Tavares de Menezes Neto afirma que a transação no contencioso é uma janela de oportunidade para o contribuinte resolver imediatamente, com segurança e previsibilidade, os litígios pendentes, dentro dos limites ofertados pela Fazenda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Blue Size Feminina Ciganinha Yedrez

Estender verba do Pronampe é erro, diz Afif

Segundo assessor da Economia, objetivo com programa é tornar permanente fundo garantidor

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

20/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia deverá propor ao presidente Jair Bolsonaro o veto ao dispositivo que torna permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O projeto de lei que restabelece o programa e o torna perene foi aprovado pelo Congresso no último dia 11. O prazo para sanção presidencial, com ou sem vetos, se encerra no dia 2 de junho.

A linha está “na bica” para ser retomada, disse ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos. No momento, é aguardada a

sanção da lei.

O veto atingiria apenas o ponto que torna a linha permanente. Os técnicos do Ministério da Economia temem que isso crie um compromisso de o Tesouro aportar recursos para o programa todos os anos. Em 2021, serão perto de R\$ 5 bilhões.

“É um conceito equivocados”, disse Afif. “O que se quer do Pronampe é tornar permanente o fundo garantidor, e não os recursos para a operação.”

Fundos garantidores estão na base do sistema de crédito dos EUA e podem reforçar o crédito no Brasil, explicou. Se estiver bem estruturado, os recursos retornam, segundo Afif. “Não é um saco sem fundo”, afirmou.

A retomada do Pronampe faz parte de um conjunto de medidas de apoio aos pequenos negócios em preparação no governo. “A recuperação tem sido desigual”, disse Afif, ex-presidente do Sebrae. Enquanto alguns setores da economia retomaram o ritmo e até apresentam crescimento, as microempresas enfrentam dificuldade para sobreviver. Além de mais crédito, essas empresas precisam de apoio para renegociar suas dívidas com o governo e com os bancos, sustenta.

A Receita está fazendo um levantamento sobre que empresas e setores apresentam mais dificuldade em honrar seus compromissos tributários. “Até agora, estávamos

contando os falecidos, mas não os falidos”, comentou Afif.

Mas, enquanto o Congresso discute um novo Refis, o Ministério da Economia quer intensificar o uso da transação tributária. Esse mecanismo permite descontos e parcelamentos de dívidas. Porém, só pode ser acionado por empresas que têm pendências inscritas na Dívida Ativa da União ou que estejam em litígio com o fisco.

Uma possibilidade, disse Afif, é a Receita acelerar a inscrição de créditos na dívida ativa para que as empresas ganhem condições de pedir a transação.

As dívidas bancárias também podem se tornar um problema para as micro e pequenas empresas, avaliou o assessor especial. Por enquanto, ainda não está claro o tamanho da inadimplência porque a carência das operações do Pronampe realizadas no ano passado foi prorrogada.

Mas ele afirma que é “obrigação do poder público” dar algum tipo de apoio às renegociações, pois o fechamento temporário das empresas foi imposto a elas. Ele não especificou que tipo de ajuda, mas descartou medidas que possam ter impacto nos cofres públicos. Os bancos terão interesse em renegociar, acredita, porque “ninguém quer ficar com cadáver no balanço.”

Tal como ocorreu no ano passado, os bancos que emprestarem pelo Pronampe contarão com o apoio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), para cobrir parte dos “calotes”. Em 2020, eram garantidas perdas de até 85% da carteira. Nessa nova edição, conforme o projeto de lei, a cobertura será de 30%.

Os R\$ 5 bilhões que serão aportados no FGO este ano serão suficientes para emprestar cerca de R\$ 16 bilhões às micro e pequenas empresas. A taxa de juros será de até 6%, mais a variação da Selic.

Além da ajuda às micro e pequenas empresas, outro problema tem concentrado as atenções no Ministério da Economia: o déficit na educação, principalmente a dos jovens.

O Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) deverá ser lançado em breve, segundo Afif. É um programa no qual jovens farão estágio em empresas e o pagamento será

dividido entre o empregador e o governo. No período, receberão qualificação profissional. O governo estima atender 2 milhões de pessoas, ao custo de R\$ 6 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 49.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

LINK PATROCINADO

Poltrona Para Sala Acacia Verniz Capuccino Tec.139B Rosa 72X73X85 Cm

R\$ 749,41

IDEASTORE

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Novos pedidos de seguro-desemprego nos EUA caem ao nível mais baixo desde início da pandemia

Os pedidos iniciais de seguro-desemprego caíram para 444 mil na semana passada

IBCR mostra queda da atividade no Norte e Nordeste

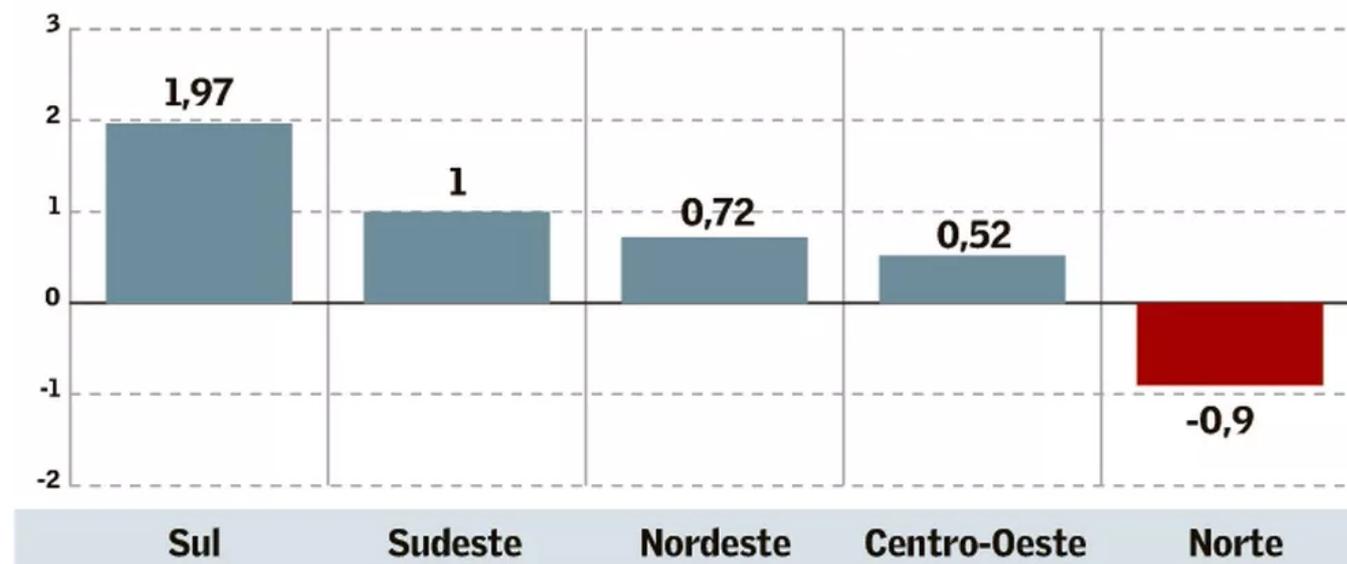
Região Sul foi a que mais cresceu segundo o indicador do BC, seguida por Sudeste

Por Estevão Taiar — De São Paulo

20/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recuperação

IBCR no 1o tri - em %



Fonte: Banco Central

A região Norte foi a única em que houve queda da atividade econômica no primeiro trimestre do ano, de acordo com o Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR). A atividade na região encolheu 0,9% no período. A comparação é feita sempre com o quarto trimestre de 2020, na série dessazonalizada.

Já a região Sul teve o crescimento econômico mais forte do período, de 1,97%. Na sequência, vieram Sudeste (1%), Nordeste (0,72%) e Centro-Oeste (0,52%).

“Esse resultado mostra recuperação gradual da atividade econômica, mesmo que de forma heterogênea”, diz Júlia Ghizzi, analista da 4E Consultoria. “Tínhamos a expectativa de uma contração mais distribuída entre as regiões.”

Ela destaca que as estimativas eram de “números bastante negativos” para março, por causa das medidas de isolamento social adotadas. “Mas essa expectativa não se materializou, o que reforça a ideia de que os impactos econômicos da segunda onda da pandemia estão sendo menos intensos”, afirma.

Para Júlia, “é cedo para comentar os efeitos da retirada do auxílio emergencial” sobre a atividade no primeiro trimestre.

“Mas, se eles existem, são heterogêneos e parecem ser mais fortes nas duas regiões”, diz, referindo-se ao Norte e ao Nordeste. A analista lembra que, apesar de o IBCR indicar crescimento da atividade no Nordeste no primeiro trimestre, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram quedas da indústria, do varejo e dos serviços no mesmo período.

Na Norte, por sua vez, houve também “forte contração no comércio” em janeiro, principalmente devido ao colapso do sistema de saúde do Amazonas.

Além disso, nas estimativas da 4E Consultoria, a região Norte foi a única em que houve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado: alta de 0,3%, fortemente influenciada justamente pelo pagamento do auxílio emergencial. Já Nordeste e Sul se destacaram pelo lado negativo, com estimativas de recuos de 5,5% e 4,4%, respectivamente. “Esperamos inclusive que essas regiões sejam aquelas com maior espaço para recuperação em 2021”, diz Júlia.

O IBCR também mostra que, em março, nas cinco regiões a atividade econômica já superava o patamar do mesmo mês do ano passado. A maior diferença foi registrada no Sul, onde o indicador ficou 9,77% acima do nível de março de 2020. Na sequência, vieram Norte (6,08%), Sudeste (4,79%), Nordeste (2,62%) e Centro-Oeste (0,35%).

A 4E Consultoria ainda revisou ontem para cima a sua estimativa para o desempenho do PIB no Brasil durante o primeiro trimestre de 2021. A projeção passou de queda de 0,3% para alta de 0,4%. Para o ano, a estimativa para o crescimento passou de 3,1% para 3,5%.

Privatização da Eletrobras avança em meio à polêmica

Imposição da contratação de termelétricas no interior é criticada por representar aumento de custos

Por Raphael Di Cunto e Daniel Rittner — De Brasília

20/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Elmar: após uma nova rodada de negociações, relator aceitou tirar a condicionante prévia à capitalização — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Após anos de discussão no Congresso, a privatização da Eletrobras avançou ontem, com a votação da medida provisória (MP) que permitirá ao governo Bolsonaro capitalizar a empresa na bolsa de valores e, com isso, abrir mão do controle societário ao reduzir sua fatia nas ações com direito a voto de 61% para 45%. A União manterá uma “golden share”, ação que dará direito a vetar decisões mais sensíveis.

O texto era votado na noite de ontem e ainda não tinha sido aprovado até o fechamento desta edição, mas havia uma ampla maioria em plenário a favor da MP. O requerimento para que a proposta fosse retirada de pauta acabou rejeitado por 310 votos a 82. Após a análise do parecer do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), ainda seriam discutidas dez emendas da oposição, Novo e MDB para alterar o projeto. A MP precisa ser aprovada pelo Senado até 22 de junho.

Com uma maioria consolidada pró-privatização, a grande discussão em plenário foi a exigência feita pelo relator de que o governo contratasse 6 mil megawatts (MW) de usinas térmicas movidas a gás natural no interior do país, onde não há infraestrutura para isso hoje, 2 mil MW de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e renovasse por 20 anos o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

MDB e Novo, que apoiavam a privatização, criticaram a contratação de térmicas no interior, que exigirá a construção de bilhões de dólares em gasodutos, o que pode encarecer a conta de luz. “Queremos capitalização e investimentos, mas não os absurdos que foram inseridos no texto”, disse o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ). “Essa medida específica está gerando custo desnecessário. É como se você me obrigasse a comprar um carro, mas dissesse: tem que comprar num lugar que não vende carro”, concordou o deputado Felipe Rigone (PSB-ES).

Glauber Braga (Psol-RJ) acusou o relator de querer beneficiar o empresário Carlos Suarez, ex-OAS, que possui contratos para construção de gasodutos e participação em distribuidoras de gás. Elmar rebateu que Suarez é de seu Estado e um dos maiores empresários do país. “Vou negar que o conheço, que é empresário do setor? Que ele tem interesses, como tantos outros? Agora, nunca recebi um benefício sequer dele ou de quem quer que seja”, disse. Suarez não retornou aos contatos do **Valor**.

Elmar tinha colocado, no parecer divulgado anteontem, que a contratação das térmicas e das PCHs seria uma exigência “prévia” à capitalização, o que preocupou o governo, mas ontem, após uma nova rodada de negociações, aceitou tirar a condicionante - a contratação ocorrerá paralelamente, não sendo mais uma condição. A mudança agradou o Executivo, que aceita realizar o leilão das térmicas a gás, mas considerava impossível fazer isso até dezembro ou janeiro, quando planeja a capitalização.

Autoridades do governo avaliaram como positivas acertadas com o relator desde a minuta do parecer que circulou no fim de semana e comemoraram ter desarmado “três bombas nucleares” que o relator propunha: a transferência de recebíveis de R\$ 47 bilhões da Eletrobras para uma nova estatal que será criada pelo governo, a possibilidade de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em contratos do mercado livre e o uso de recursos futuros da usina binacional Itaipu para bancar a construção dos gasodutos. Era um “combo” que, para o Executivo, impediria a privatização.

O impasse entre o relator e o governo ficou no pacote de benefícios para os funcionários da Eletrobras: a possibilidade de realocação para outra estatal e de aqueles demitidos poderão usar as verbas rescisórias para comprar ações da estatal a cotação de cinco dias antes da edição da MP (R\$ 29). A ação ontem estava a R\$ 42,41. A compra ocorreria nas ações que ficassem nas mãos da União - para o relator, poderiam atingir mais 2% do patrimônio. O governo queria limitar a 1%, mas não houve acordo com a base.

A oposição protestou contra a MP e recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar barrar a votação, mas não teve sucesso. Reclamou da falta de debate, já que nenhuma audiência pública foi realizada, acusou o governo de valorizar a empresa com ativos que poderiam ser utilizados para baratear a conta de luz e de entregar um setor estratégico para a iniciativa privada. “O setor elétrico na Índia, Rússia, Noruega, Suécia, China e as grandes hidrelétricas dos Estados Unidos são administradas todas pelo poder público”, afirmou o líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ).

Para os governistas, a mudança permitirá ampliar investimentos no setor, reduzir a conta de luz e realizar obras de linhas de transmissão na Amazônia e de revitalização de rios (R\$ 8,5 bilhões estão reservados para este fim). Após dez anos, as obras serão mantidas com recursos de Itaipu, que subsidiará também um programa de transferência de renda.

A versão do projeto aprovada, porém, não agradou a todas as empresas. Dez associações do setor elétrico divulgaram manifesto classificando o parecer de “desequilibrado” e dizendo que as medidas precisam ser “reavaliadas com o devido cuidado”. A Associação dos Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres (Abrasce) afirmou que o texto aumentará a conta de luz para os consumidores do mercado cativo (doméstico e empresas menores) em 10% e para o mercado livre (grandes consumidores, como indústrias) em 20%.

Os grandes consumidores criticam mudança que destinou os R\$ 25 bilhões que devem ser recebidos pela renovação das concessões de usinas elétricas exclusivamente para subsidiar as contas de luz do mercado cativo. Na proposta do governo, 1/3 desses recursos iriam para o mercado livre. **(Colaborou Luísa Martins)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

CI-ACTIVE

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

‘Fui surpreendido pelo início acelerado de altas’ dos juros, diz ex-diretor do BC

Para Le Grazie, Selic estará em 5,5% no fim do ano

Por Marcelo Osakabe e Victor Rezende — De São Paulo

20/05/2021 05h01 · Atualizado há 9 minutos

O início acelerado do atual ciclo de elevação da taxa básica e um ritmo mais agressivo de alta, com aumentos de 0,75 ponto percentual na Selic, permitem ao Banco Central não ficar “atrás da curva” e poder tomar uma decisão de forma mais tranquila à frente. A avaliação é de Reinaldo Le Grazie, sócio da Panamby Capital e ex-diretor de política monetária do Banco Central, ao participar da “Live do **Valor**”.

Veja a íntegra da entrevista



“Fui surpreendido pelo início acelerado de altas; acredito que da mesma maneira que o BC foi surpreendido pela força das commodities. Olhando hoje, acho que foi bom. Se começasse mais lentamente, estaria falando muita coisa para subir neste momento ainda”, afirmou Le Grazie. A Panamby Capital trabalha, atualmente, com duas elevações adicionais de 0,75 ponto percentual na taxa, que encerraria o ano em 5,50%.

A polêmica em torno da sinalização da autoridade monetária quanto à intenção de fazer uma normalização parcial da política monetária também foi abordada por Le Grazie durante a “live”. Ele notou que a mensagem está sendo mal digerida pelo mercado, que tem colocado nos preços a chance de a inflação escapar e ficar acima do centro da meta em 2022. “Talvez [o BC] não devesse falar sobre ajuste parcial, porque parece que o mercado não quer entender isso. Está gerando ruído”, disse.

Le Grazie notou que o retorno mais forte da inflação ao redor do globo tem trazido insegurança aos investidores diante da forte recuperação da atividade econômica. Esse processo, apontou, se reflete nas taxas de inflação embutidas nos ativos

financeiros - a chamada inflação "implícita". "A dispersão de expectativas é mais em direção a uma inflação mais alta, o que faz as taxas subirem", afirmou.

Para o ex-diretor do BC, a insegurança nesse processo no Brasil tem se mostrado mais elevada, o que faz os investidores pedirem por uma proteção maior contra a inflação. Ele nota que há uma dificuldade do câmbio retornar a níveis mais apreciados devido a uma questão de confiança na política econômica, mesmo com uma melhora dos fundamentos.

Outro fator pontuado por Le Grazie é o do represamento de preços. "Estamos fazendo uma coisa muito perigosa, que é segurar os reajustes de remédios, planos de saúde, combustíveis. Isso não dá certo. Os Estados Unidos fizeram uma vez só e nunca mais tentaram de novo", complementou.

O risco hidrológico foi um terceiro ponto levantado pelo ex-diretor do BC, ao apontar que esse fator pode afetar tarifas de energia ainda neste ano, com possíveis impactos sobre a inflação do próximo ano. De acordo com Le Grazie, "se houver mudança de duas faixas de energia elétrica, é mais 0,40 ponto percentual para a inflação em 2022, que já sobe para 3,90%", extrapolando, portanto, o centro da meta (3,50%).

O sócio da Panamby também disse não ver falta de atenção por parte do Banco Central à atividade econômica. "Acho que o BC, assim como o Federal Reserve e o Banco Central Europeu, está de olho nisso. Esse é o raciocínio dos formuladores de política ao pregarem calma na hora de esperar a volta da atividade. Todo mundo quer inflação para poder voltar a trabalhar em um mundo que a gente conhece, mas esse desemprego ainda alto corrobora a visão de que a atividade econômica talvez não seja sustentável quanto alguns analistas estão dizendo."

O bom desempenho da economia brasileira, mesmo diante de um avanço das mortes e números de casos de covid-19, fez a Panamby Capital revisar a projeção de crescimento do PIB deste ano de 2,9% para algo entre 3,5% e 3,6%. Le Grazie notou que o número está abaixo das projeções de outras instituições financeiras e disse que a diferença está na vacinação.

“Eles acreditam em vacinação mais rápida. Isso é um dos erros de política econômica que enxergamos. Erros no processo de enfrentamento ao covid e de planejamento da vacinação estão atrapalhando o crescimento do PIB”, apontou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

LINK PATROCINADO

Salvador: Fim das mensalidades, novo rastreador preocupa seguradoras

ACTIVEGPS

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Criptomoedas têm leve recuperação um dia após derrocada

O crash das moedas digitais desta semana ajudou a eliminar quase 40% do preço do bitcoin, de um pico de quase US\$ 65 mil em meados de abril

Reforma administrativa terá impactos fiscais negativos, diz nota do Senado

Segundo consultor, melhor caminho para se ganhar eficiência no uso de recursos humanos no setor público é fazer com que as normas já existentes “sejam fielmente cumpridas”

Por Fabio Graner — De Brasília

20/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Apresentada pelo Executivo como uma medida de redução de gastos públicos, a proposta de reforma administrativa levada ao Congresso apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos. A avaliação é do consultor legislativo do Senado Vinicius Amaral. Para ele, não é possível quantificar esses efeitos, decorrentes de possível aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude da desestruturação das organizações.

“Por sua vez, os efeitos previstos de redução de despesas são limitados, especialmente no caso da União”, diz o autor em nota técnica publicada ontem na página do Senado na internet. “Assim, estimamos que a PEC 32/2020, de forma agregada, deverá piorar a situação fiscal da União, seja por aumento das despesas ou por redução das receitas”.

Para Amaral, o melhor caminho para se ganhar eficiência no uso de recursos humanos no setor público é fazer com que as normas já existentes para o controle das despesas com pessoal “sejam fielmente cumpridas”. Segundo ele, tanto a Constituição como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) há muito tempo contêm dispositivos para controlar os gastos com pessoal, que foram sistematicamente driblados.

“O descumprimento da legislação existente é, em nosso entendimento, o problema mais grave a ser enfrentado na gestão das despesas com pessoal”, diz no documento, citando casos recentes de burlas, entre eles os reajustes de subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Procurador-geral da República, em 2018, reajustes de militares, em 2019, entre outros.

“Trata-se, portanto, de uma falha sistêmica, e que tem sido certamente muito prejudicial ao equilíbrio das contas públicas. Todos os Poderes falham. O Executivo, o Judiciário e o Ministério Público falham por encaminharem proposições em desconformidade com o ordenamento jurídico. O Legislativo falha por não promover as correções necessárias e terminar por aprová-las mesmo repletas de vícios. Os Tribunais e Ministério Públicos de Contas, por sua vez, falham por se omitirem na correção dos desvios”, diz Amaral.

Ao **Valor**, questionado sobre o motivo de a administração pública ter dificuldades de fazer cumprir ordenamento jurídico e constitucional, o consultor avalia que isso decorre de uma “aplicação seletiva do direito”, levando às situações citadas no texto. “O controle hoje é muito frágil”.

Para melhorar a administração pública e reforçar o controle de gastos com pessoal, Amaral propõe vedar o uso de medida provisória para reajuste de remuneração de servidores, proibir qualquer reajuste plurianual, inclusive dentro do mesmo mandato, exigir dotação orçamentária para o impacto anualizado de reajustes - impedindo o drible que considera só os recursos necessários para o primeiro ano de reajuste.

“Nossa quarta proposta envolve a elevação da transparência das informações exigidas nas proposições legislativas que aumentem despesas com pessoal. Trata-se, aqui, de reformar o atual art. 17 da LRF”, defende.

O consultor também defende que se regulamente o teto remuneratório do setor público, a partir de projeto de lei que já tramita no Congresso. “A garantia de observância ao teto poderá reduzir despesas em aproximadamente R\$ 2 bilhões por ano”, destaca.

Amaral reforça ainda que hoje a legislação prevê até a demissão de quem tem estabilidade, caso os limites de despesa com pessoal sejam descumpridos. A questão é que nunca é aplicado. “Tal observação é de extrema relevância, pois evidencia que nem mesmo a estabilidade dos servidores é óbice para o controle das despesas com pessoal”, diz, defendendo também a regulamentação de demissão de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, que tem projetos tramitando há duas décadas.

Da irretroatividade da Súmula Vinculante nº 24

Como garantia da segurança jurídica, a regra prevista na Súmula Vinculante nº 24 não deve produzir efeitos para fatos pretéritos à sua publicação

Por **Leandro Sarcedo** e **Renato L. Hachul**

20/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Supremo Tribunal Federal (STF), em 11 de dezembro de 2009, publicou a Súmula Vinculante nº 24, acerca da tipificação dos crimes contra a ordem tributária, firmando o entendimento de que “não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”.

Assim, para que possa haver persecução penal do crime de sonegação fiscal, a jurisprudência passou a exigir o prévio esgotamento da via administrativa, com a inscrição do débito em dívida ativa, transformando o lançamento definitivo em

elemento do tipo. Estabeleceu-se a dependência entre as esferas penal e administrativa, representando inovação sistêmica, já que a independência entre as esferas penal, civil e administrativa é mantra repetido à exaustão pela jurisprudência.

A Súmula Vinculante nº 24 não deve produzir efeitos para fatos pretéritos à sua publicação

Trata-se de assunto de grande importância para a advocacia, porque a referida súmula vinculante, ao transformar o prévio esgotamento das instâncias administrativas em questão de direito material, acabou por afetar também o reconhecimento jurisprudencial do momento da consumação do crime. Antes, esse crime consumava-se no ato do não recolhimento ou do recolhimento a menor do tributo. Após a edição da súmula, entende-se que tal crime se consuma na data do trânsito em julgado da discussão administrativa.

Essa mudança, ainda que pareça de menor relevância, traz grandes consequências no âmbito penal e uma delas é a data de início do prazo prescricional, ou seja, do lapso de tempo que o Estado detém para agir em busca da condenação do agente.

Isso porque a sistemática atual do Código Penal determina que não se conta o lapso temporal entre a data do fato e o recebimento da denúncia para fins do cálculo da prescrição retroativa, de maneira que, com o entendimento de que o

crime tributário somente se consuma com o trânsito em julgado administrativo, é comum a existência de imputações de crimes tributários por fatos ocorridos há 15, 20 anos, sem que se tenha operado a extinção de punibilidade pelo entendimento jurisprudencial vigente sobre a data de consumação do delito.

Dessa forma, mais de dez anos após a edição da súmula, uma questão que ainda permeia nossos tribunais diz respeito ao seu alcance sobre fatos pretéritos à sua publicação. Por incrível que pareça, ainda existem diversas ações criminais pendentes de julgamento definitivo envolvendo sonegações fiscais ocorridas antes de 2009, uma vez que o processo administrativo-fiscal pode se estender por vários anos e só então dá-se início à persecução penal, que também se alonga no tempo até ser submetida ao crivo dos tribunais superiores.

Contudo, a irretroatividade de interpretação jurisprudencial prejudicial ao réu, consolidada em súmula vinculante, é um debate constitucional que concerne a um dos pilares do Estado Democrático de Direito, que é a segurança jurídica, princípio essencial à existência do próprio Direito insculpido no artigo 5º, inciso XL, da Constituição (“a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”).

Em que pese sua importância, o debate tem sido pouco aprofundado em nossos tribunais, permanecendo o entendimento genérico de que súmula vinculante não é lei e, portanto, sua aplicação retroage para fatos anteriores à sua edição. Essa vem sendo, inclusive, a posição do STF em recentes julgamentos.

Porém, a colenda 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento notório e extremamente minucioso sobre o tema, tomando a jurisprudência como fonte do direito e reconhecendo na segurança jurídica um princípio básico do Estado de Direito, fazendo a necessária diferenciação entre segurança jurídica (externa, visível, objetiva, ou seja, é a lei posta), e certeza do direito (interna, decorrente das decisões judiciais que adequadamente aplicam a lei), mas reconhecendo a sinergia entre ambas, decidiu que os efeitos da Súmula Vinculante nº 24 só existem a partir da “data de sua publicação, dia 11 de dezembro de 2009, momento a partir do qual a interpretação emanada do enunciado, quanto à tipificação do crime do artigo 1º, I, II, III e IV, da Lei nº 8.137/1991, cria a força de um verdadeiro “stare decisis”, tal qual presente no modelo judicial anglo saxão

(commow law)” (AgRg no AREsp 85.777/SP, 6ª Turma, relator ministro Rogerio Schietti Cruz, julgado em 17 de novembro de 2016).

Esse entendimento é, infelizmente, absolutamente minoritário em nossos tribunais, foi posteriormente reformado após recurso da acusação, embora vá ao encontro da própria Constituição, que, em seu artigo 103-A, reforça que súmulas vinculantes só têm efeito a partir de sua publicação.

É preciso notar que os tribunais, por meio de seus julgados, firmam as regras de convivência social, razão pela qual mudanças bruscas em matéria penal somente deveriam ser aplicáveis a casos futuros. Interpretação diversa fere o princípio da segurança jurídica disposto no artigo 5º, inciso XL, da Constituição, principalmente quando se trata de súmula vinculante, que inova o ordenamento jurídico, impondo dever de obediência aos tribunais pátrios, tal como uma lei.

Assim, como garantia da segurança jurídica, a regra prevista na Súmula Vinculante nº 24 não deve produzir efeitos para fatos pretéritos à sua publicação, sendo que crimes de sonegação fiscal ocorridos antes de 11 de dezembro de 2009 devem independender de inscrição em dívida ativa para início da persecução penal e da contagem do prazo prescricional.

Leandro Sarcedo e Renato Losinskas Hachul são, respectivamente, advogado, doutor em direito penal pela USP e presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-SP; e advogado, pós-graduado em direito penal econômico europeu pela Universidade de Coimbra

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Regiões Sul e Centro-Oeste devem liderar retomada

Perda de renda limita avanço maior de Norte e Nordeste neste ano

Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

20/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Camila Saito: projeção de alta de 4,1% para o PIB da região Sul em 2021 — Foto: Divulgação

O bom momento da agropecuária e a recuperação de ramos da indústria devem levar o Sul a liderar o crescimento entre as regiões brasileiras neste ano. Essa, no entanto, não deve ser uma tendência de médio prazo, quando o Centro-Oeste e o Norte ganharão ainda mais destaque. As duas regiões já se beneficiam do ciclo atual favorável às commodities. No Norte, porém, a perda de renda das famílias, com a redução do auxílio emergencial, limita os avanços em 2021, assim como no Nordeste.

“As regiões Sul e Centro-Oeste serão destaque neste ano. Ambas são beneficiadas pelo bom desempenho da agricultura, que tem impulsionado a renda e o consumo local”, diz Fabiana D’atri, economista do Bradesco. A projeção vigente do banco é de alta de 3,3% para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2021, mas o Sul crescerá 4%, e o Centro-Oeste, 3,8%.

A produção agrícola sulista deve se recuperar depois de um ano de condições climáticas adversas e quebra de safra, especificamente no Rio Grande do Sul, lembra Camila Saito, economista da Tendências Consultoria. Pelas suas projeções, o PIB agropecuário do Sul deve ter registrado contração de 2,4% em 2020 - o último dado regional das Contas Nacionais diz respeito a 2018 -, enquanto em nível nacional cresceu 2%, pelos números oficiais do IBGE. Para 2021, porém, a Tendências vê o PIB agro brasileiro repetindo o desempenho do ano anterior, mas no Sul ele pode crescer 8%.

A Tendências projeta alta de 4,1% para o PIB do Sul em 2021, após tombo estimado de 4,8% no ano passado, pior do que a queda de 4,1% observada no Brasil. O recorte considera a previsão atual da consultoria de avanço de 2,7% para o PIB brasileiro neste ano. O número tem viés de alta, mas as relações e premissas entre as regiões se mantêm, segundo a economista.

O Sul também é favorecido pela retomada dos investimentos, “pois é um grande produtor de bens de capital”, diz Fabiana, do Bradesco. A região ainda deve observar a recuperação parcial de atividades sensíveis à dinâmica econômica, como a produção de veículos, vestuários e calçados, aponta Camila.

No cenário da Tendências, não é o Centro-Oeste, mas o Sudeste que aparece com o segundo melhor desempenho em 2021, em parte porque a região também ficou logo atrás do Sul na queda estimada para 2020, com uma contração de 4,5%. Neste ano, poderia crescer 2,9%, enquanto o Centro-Oeste avançaria 2,1%.

Camila avalia que o comportamento da agropecuária na região central do Brasil será mais discreto neste ano, apesar do momento favorável para commodities, porque as altas foram muito expressivas no período recente. A taxa anual média de crescimento do PIB agro do Centro-Oeste foi de 13% entre 2017 e 2019, ante 5,2% da média nacional. No ano passado, deve ter crescido 3,7%, desacelerando para 0,8% neste ano. “A taxa é mais modesta, mas está em patamar muito elevado”, afirma Camila.

Para a consultoria, o Sudeste, por sua vez, deve ser beneficiado pela retomada parcial de setores pró-cíclicos, como automotivo e de máquinas/equipamentos. Soma-se a isso, segundo Camila, a reativação gradual da produção de minério de ferro após o acidente em Brumadinho (MG), em 2019.

Fabiana, do Bradesco, ainda vê um caráter “bastante heterogêneo” para o Sudeste, que, pelas suas projeções, seria a única região a ter uma recuperação abaixo da média nacional, com avanço de 3,2% em 2021. “Enquanto São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo se beneficiam de mineração, agropecuária e construção civil, o Rio de Janeiro ainda tem desempenho mais tímido, apesar do cenário favorável para petróleo.”

O Rio “tem sofrido com as inúmeras turbulências políticas que acabam sendo um elemento negativo para o investimento”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Em uma análise estadual, ele projeta crescimento de 5,4% para São Paulo no acumulado de 2021 e 2022, pela força de sua base de serviços, e de 5,2% e 6% para Minas e Espírito Santo, na ordem, devido às commodities. Todos estariam

acima do desempenho médio do Brasil, de 5,1%. Já o Rio fica na lanterna, empatado com Pernambuco, acumulando alta de 3,2%. Mato Grosso lidera (8%), seguido por Amazonas (7,7%).

O Norte é outro a ganhar com o ciclo de commodities, seja pela produção de minério de ferro no Pará (*leia mais **Cidades produtoras de commodities já sentem 'efeito externo'***), seja pelos itens agrícolas regionais, mas, principalmente, pelo avanço do escoamento, via Arco Norte, de grãos do Centro-Oeste, diz Fabiana. Ela estima alta de 3,5% para o PIB nortista em 2021. A Tendências destaca os ganhos da indústria extrativa, mas prevê a economia local crescendo 2,4%, abaixo da média nacional, porque o Norte deve sofrer com “forte ressaca” da diminuição do auxílio emergencial, o que reduz a massa de renda (*veja gráfico acima*) e afeta o consumo.

Por ter informalidade elevada assim como o Norte, o Nordeste também deve sentir a “ressaca” de renda e apresentar, para a Tendências, o menor crescimento (1,6%) entre as regiões em 2021. Os setores têxtil, de couro e vestuário devem apresentar recuperação. Por outro lado, a região é impactada pelo fim de atividades de peso para a economia local, como o fechamento da fábrica da Ford na Bahia.

Projetando alta mais expressiva para o Nordeste em 2021, de 3,4%, o Bradesco aposta que a região será beneficiada pela reabertura do setor de serviços prestados às famílias, mas Fabiana pondera que esse cenário deve ficar mais claro no segundo semestre.

Ao menos a saída da crise tende a contemplar todas as unidades da federação, com menos diferenças entre elas do que se viu no acumulado desde 2010, sugere Vale, da MB. “Acreditamos que todos os Estados devem começar o próximo ciclo eleitoral tendo recuperado o que se perdeu com a pandemia.”

Na fronteira agrícola, com perspectiva de maturação de investimentos e redução de gargalos logísticos, Centro-Oeste e Norte devem crescer 2,8% e 2,7%, respectivamente, na média anual de 2022 a 2031, acima do Brasil (2,3%), estima a Tendências. O Nordeste também teria crescimento médio de 2,7%, só que mais a partir de 2024. O Sudeste (2,2%) andaria em linha com a média nacional, enquanto

no Sul (2%) a especialização em setores menos dinâmicos, como têxtil, e a migração de atividades para o Centro-Oeste impedem um melhor desempenho, diz Camila.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Cientistas descobrem inovação sobre pressão alta

HIPERCONTROLL

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

LINK PATROCINADO

Dor nos joelhos? Faça isso todos os dias

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Novos pedidos de seguro-desemprego nos EUA caem ao nível mais baixo desde início da pandemia

Os pedidos iniciais de seguro-desemprego caíram para 444 mil na semana passada